

BROOKFIELD BRAZIL TIMBER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF n.º 09.110.175/0001-26

Distribuição pública de até 100.000 (cem mil) quotas classe A e até 700.000.000 (setecentos milhões) de quotas classe B ("Quotas Classe A" e "Quotas Classe B", respectivamente, quando referidas isoladamente, e "Quotas", quando referidas em conjunto), todas nominativas e escriturais, com preço inicial de emissão de R\$1,00 (hum real) por Quota da primeira emissão do **BROOKFIELD BRAZIL TIMBER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Primeira Emissão" e "Fundo", respectivamente), totalizando:

R\$700.100.000,00

(setecentos milhões e cem mil reais)

CÓDIGO ISIN DAS QUOTAS CLASSE A: BRBRKFCTF008

CÓDIGO ISIN DAS QUOTAS CLASSE B: BRBRKFCTF016

O Fundo, um condomínio fechado regido pelo seu Regulamento (conforme abaixo definido) e pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 391, datada de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 391/03"), tem por objetivo investir em sociedades por ações constituídas e existentes de acordo com a lei brasileira, cujo objetivo seja adquirir, desenvolver, administrar e explorar ativos de madeira de pinus e eucalipto no Brasil por meio de 3 (três) diferentes modalidades de investimento: (a) aquisição de propriedade de áreas reflorestadas; (b) desenvolvimento de reflorestamento em áreas agricultáveis; e (c) aquisição de direitos ao corte de madeira ("Companhias Investidas"). Os investimentos do Fundo estarão localizados, principalmente, nos Estados do Paraná e Santa Catarina, podendo também estar localizados em outros Estados brasileiros, exceto na região amazônica. Os investimentos pelo Fundo nas Companhias Investidas serão efetuados por meio da aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição e outros valores mobiliários conversíveis em e/ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Investidas ("Valores Mobiliários").

As Quotas da Primeira Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado ("Oferta"), a ser conduzida pelo **BANCO BRASCAN S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.923.111/0001-29 ("Banco Brascan" ou "Distribuidor"), contratada pela **BRASCAN ASSET MANAGEMENT INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de fundos de investimento e gestão de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52, sala 1.301, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.885.392/0001-62 ("Administrador"), para coordenar a distribuição das Quotas da Primeira Emissão. Não há registro da Oferta em qualquer jurisdição além da brasileira e/ou perante qualquer entidade reguladora que não a CVM.

A Primeira Emissão é composta por até 100.000 (cem mil) Quotas Classe A e até 700.000.000 (setecentos milhões) de Quotas Classe B, com preço inicial unitário de emissão de R\$1,00 (hum real), totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até R\$700.100.000,00 (setecentos milhões e cem mil reais).

O Fundo foi constituído e a Primeira Emissão foi aprovada, por ato único do Administrador, em 20 de setembro de 2007, sendo que o regulamento em vigor do Fundo foi aprovado pelo Administrador, em 31 de janeiro de 2008 e registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 2008, sob o n.º 1102946 ("Regulamento"). **A distribuição pública das Quotas Classe A e das Quotas Classe B foi registrada na CVM sob o n.º CVM/SRE/RFP/2007/083 e n.º CVM/SRE/RFP2007/084, respectivamente, em 28 de dezembro de 2007, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03").**

Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. **O Fundo não conta com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.**

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto ("Prospecto") quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na Seção 3 deste Prospecto, nas páginas 21 a 24.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco ("Termo de Adesão"), que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida ao Administrador, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

As Quotas serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado - SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial. Tais estratégias envolvendo derivativos, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais aos quotistas do Fundo.

"A autorização para funcionamento do Fundo e/ou o registro da presente distribuição das Quotas não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo, bem como sobre as Quotas as serem distribuídas."

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidos junto ao Administrador e à CVM.

ADMINISTRAÇÃO



Brascan
ASSET MANAGEMENT
INVESTIMENTOS LTDA.

DISTRIBUIÇÃO



CUSTÓDIA E CONTROLADORIA



ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	5
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	11
Características da Oferta	13
Negociação das Quotas.....	16
Custos de Distribuição Pública das Quotas	16
Outras Informações	17
Identificação dos Assessores Legais, Auditores Independentes e Custodiante.....	18
Declarações do Administrador e do Distribuidor	19
3. FATORES DE RISCO	21
Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida	23
Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários	23
Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários	23
Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas	24
Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos.....	24
Não Existência de Garantia de Rentabilidade	24
Riscos Provenientes do Uso de Derivativos	24
Outros Riscos	24
4. BROOKFIELD BRAZIL TIMBER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	25
Forma, Base Legal e Prazo de Duração	27
Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento	27
Administração e Gestão do Fundo.....	27
Prestadores de Serviço do Fundo.....	29
Objetivo do Fundo	29
Investimentos do Fundo	30
Período de Investimento para a Formação da Carteira	31
Período de Liquidação dos Investimentos.....	31
Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas	31
Condições de Amortização e Resgate das Quotas	35
Empréstimos	35
Demonstrações Contábeis	36
Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo	36
Liquidação do Fundo.....	37
Assembléia Geral de Quotistas	38
Operações sujeitas à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas	38
Conflito de Interesse	39

Divulgação de Informações sobre o Fundo	39
Taxa de Administração e Encargos do Fundo.....	41
Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo	42
Solução de Conflitos	44
Atendimento aos Quotistas	45
5. ANEXOS	47
Cópia do Instrumento de Constituição do Fundo, de 20 de setembro de 2007	49
Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo, de 08 de novembro de 2007	53
Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo, de 13 de novembro de 2007	59
Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo, de 05 de dezembro de 2007	63
Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo, de 31 de janeiro de 2008.....	67
Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto	71
Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM n.º 400/03	113
Declaração do Distribuidor, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM n.º 400/03.....	181

1. DEFINIÇÕES

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	Brascan Asset Management Investimentos Ltda.
Afilhada	Qualquer pessoa (inclusive qualquer pessoa física, sociedade em nome coletivo (<i>general partnership</i>), sociedade em comandita (<i>limited partnership</i>), sociedade limitada (<i>limited liability company</i>), sociedade sem responsabilidade limitada (<i>unlimited liability company</i>) sociedade anônima, empreendimento conjunto (<i>joint venture</i>), <i>trust</i> , trust comercial (<i>business trust</i>), trust legal (<i>statutory trust</i>), cooperativa, associação ou qualquer outra pessoa jurídica) que, direta ou indiretamente Controle, seja por ela Controlada ou esteja sob Controle comum
Agente de Avaliação	Terceiro que seja avaliador independente de renome internacional com experiência na avaliação de ativos similares aos Valores Mobiliários para clientes institucionais
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta
Assembléia Geral de Quotistas	Assembléias em que os Quotistas poderão deliberar e solucionar questões relativas ao Fundo de acordo com o disposto no Regulamento
Auditor Independente	Na data deste Prospecto, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Banco Brascan ou Distribuidor	Banco Brascan S.A.
Boletim de Subscrição	Boletim de subscrição individual das Quotas da Primeira Emissão
Câmara	Câmara de Arbitragem do Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA
Capital Comprometido	O valor total em moeda corrente nacional, que um Quotista comprometeu-se a pagar ao Fundo em decorrência da subscrição de Quotas, nos termos do Compromisso de Investimento. O Capital Comprometido total de cada Quotista equivale ao Preço de Integralização das Quotas subscritas nos termos do respectivo Compromisso de Investimento, conforme corrigido de acordo com o disposto no Regulamento
Carteira	A carteira de investimento do Fundo, que será composta por Valores Mobiliários, Outros Ativos e moeda corrente nacional
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP
Chamada de Capital	Notificação efetuada pelo Administrador a todos os Quotistas solicitando aportes de capital ao Fundo por meio da integralização parcial ou total das Quotas subscritas por cada um dos Quotistas, nos termos dos Compromissos de Investimento

Companhia(s) Investida(s)	Sociedade(s) por ações constituída(s) e existente(s) de acordo com a lei brasileira na(s) qual(is) o Fundo invista
Compromisso de Investimento	Contrato firmado por cada Quotista e aceito pelo Fundo com relação à subscrição de Quotas. Após assinado e aceito, deverá ser considerado parte integrante do Regulamento
Conflito de Interesse	Qualquer evento que configure conflito de interesse de acordo com o critério do Administrador
Contrato de Distribuição	“Contrato de Distribuição de Quotas do Brookfield Brazil Timber Fundo de Investimento em Participações” celebrado pelo Administrador e o Distribuidor, em 30 de outubro de 2007, em regime de melhores esforços
Controle	O poder, direto ou indireto, de dirigir ou determinar a direção da administração e das políticas a serem adotadas por uma pessoa, quer por meio da titularidade de valores mobiliários com direito a voto, por força de contrato ou por outro título qualquer, de qualquer natureza
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras
Custodiante	Na data deste Prospecto, Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão	Data final para a subscrição integral das Quotas representativas do Patrimônio Inicial, que ocorrerá no 180º dia contado da Data de Registro
Data de Registro	Data em que o Fundo e a Primeira Emissão foram registrados perante a CVM, qual seja 28 de dezembro de 2007
Dia Útil	Qualquer dia útil na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio Janeiro, Brasil
Empréstimos	Empréstimos concedidos ao Fundo de acordo com a Instrução CVM n.º 406/04 e a lei e regulamentação da CVM aplicáveis, conforme alteradas de tempos em tempos
Fundo	Brookfield Brazil Timber Fundo de Investimento em Participações
GAAP Brasileiro	Princípios gerais de contabilidade aceitos no Brasil
IGPM	Índice Geral de Preços – Mercado – IGPM, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV
Instrução CVM n.º 391/03	Instrução CVM n.º 391, datada de 16 de julho de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução CVM n.º 400, datada de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 406/04	Instrução CVM n.º 406, datada de 27 de abril de 2004, conforme alterada

Instrução CVM n.º 409/04

Instrução CVM n.º 409, datada de 18 de agosto de 2004 conforme alterada

Investimentos Subseqüentes

Qualquer investimento adicional realizado pelo Fundo em qualquer Companhia Investida ou em qualquer de suas subsidiárias nas quais o Fundo tenha realizado investimento

IOF

Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários

Novas Quotas

Quotas emitidas pelo Fundo após a Primeira Emissão

Oferta

Distribuição Pública das Quotas da Primeira Emissão do Fundo

Outros Ativos

Ativos de renda fixa, incluindo, sem limitação, títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil, quotas de emissão de fundos de investimento renda fixa, quotas de emissão de fundos de investimento referenciados em Depósitos Interfinanceiros regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, bem como títulos públicos federais e certificados de depósito bancário de emissão de instituições financeiras

Pagamento de Equalização

Pagamento a ser efetuado por cada um dos Quotistas Subseqüentes em valor equivalente à parcela do Capital Comprometido do Quotista Subseqüente, que teria sido integralizada caso o Compromisso de Investimento de referido Quotista Subseqüente tivesse sido celebrado no âmbito da Primeira Emissão

Paraíso Fiscal

País ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade

Patrimônio Autorizado

O valor em moeda corrente nacional até o qual o Administrador está autorizado a emitir Novas Quotas, independentemente de autorização da Assembléia Geral de Quotistas

Patrimônio Inicial

O patrimônio inicial do Fundo representado por Quotas da Primeira Emissão

Período de Investimento

Período no qual o Fundo poderá realizar investimentos em Valores Mobiliários

Preço de Emissão

O preço inicial unitário da Quota no âmbito da Primeira Emissão, que será equivalente a R\$ 1,00 (hum real)

Preço de Integralização

O Preço de Integralização da Quota e o Preço de Integralização da Nova Quota quando referidos em conjunto no Regulamento

Preço de Integralização das Novas Quotas	O preço de integralização de cada Nova Quota, calculada de acordo com o disposto no Regulamento. Todas as Novas Quotas da Primeira Emissão deverão ter o mesmo Preço de Integralização das Novas Quotas
Preço de Integralização das Quotas	O preço de integralização de cada Quota da Primeira Emissão, calculada de acordo com o disposto no Regulamento. Todas as Novas Quotas da Primeira Emissão deverão ter o mesmo Preço de Integralização das Quotas
Primeira Emissão	A primeira emissão de Quotas do Fundo, equivalente a até 100.000 (cem mil) Quotas Classe A e até 700.000.000 (setecentos milhões) de Quotas Classe B
Prospecto	Este prospecto
Quota em Circulação	Quota emitida pelo Fundo e subscrita por um Quotista, com exceção das Quotas que tiverem sido canceladas ou resgatadas pelo Administrador em conformidade com os termos e condições previstos no Regulamento e neste Prospecto
Quotas	Quotas Classe A e as Quotas Classe B, bem como quaisquer outras classes de Quotas de emissão do Fundo no futuro quando referidas em conjunto
Quotas Classe A	Quotas de emissão do Fundo no âmbito da Primeira Emissão que serão subscritas e integralizadas pelo Administrador e/ou por suas Afiliadas, a exclusivo critério do Administrador, em quantidade que não deverá exceder 100.000 (cem mil)
Quotas Classe B	Quotas de emissão do Fundo no âmbito da Primeira Emissão, que não sejam as Quotas Classe A
Quotista Subseqüente	Quotista que subscreve quaisquer Novas Quotas de qualquer emissão após a emissão das Quotas da Primeira Emissão (incluindo, todos e quaisquer Quotistas que subscreverem Quotas da Primeira Emissão, com relação às Novas Quotas subscritas pelos mesmos)
Quotistas	Investidores que adquirirem Quotas de emissão do Fundo
Regulamento	O regulamento do Fundo, conforme alterado, revisado e complementado de tempos em tempos
Regulamento da Câmara	Conjunto de regras que regem a atuação da Câmara
Resolução n.º 2.689/00	Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689, datada de 26 de janeiro de 2000
SFF	Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP
Taxa de Administração	Remuneração a que o Administrador fará jus em contraprestação à administração do Fundo, que será calculada, provisionada e paga de acordo com o disposto no Regulamento

Termo de Adesão

Termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco

Valor do Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido do Fundo será equivalente à diferença entre o valor total dos Valores Mobiliários, dos Outros Ativos e da moeda corrente nacional do Fundo apurado de acordo com o disposto no Regulamento e o valor total das exigibilidades não levadas em consideração na apuração do valor de referidos Valores Mobiliários e Outros Ativos

Valores Mobiliários

Ações, debêntures, bônus de subscrição e demais valores mobiliários conversíveis em e/ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Investidas

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como no Regulamento.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. A Oferta

As Quotas da Primeira Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado. Não há registro da Oferta em qualquer jurisdição além da brasileira e/ou perante qualquer entidade reguladora que não a CVM.

A Oferta será conduzida pelo Banco Brascan, que foi contratado pelo Administrador para coordenar a distribuição das Quotas da Primeira Emissão, sob o regime de melhores esforços de colocação, em condições que assegurem tratamento equitativo aos destinatários e aceitantes da Oferta.

Nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Instrução CVM n.º 400/03, o Contrato de Distribuição foi celebrado pelo Administrador e o Banco Brascan e sua cópia encontra-se disponível para consulta na sede do Administrador.

O Distribuidor não terá qualquer responsabilidade e/ou obrigação perante o Administrador e/ou o Fundo de adquirir quaisquer Quotas que não sejam adquiridas no âmbito da distribuição ora contratada, limitando a sua responsabilidade a envidar seus melhores esforços para a colocação da totalidade das Quotas.

2.1.2. Público Alvo da Oferta

As Quotas serão destinadas e colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

Os Quotistas da Primeira Emissão serão necessariamente investidores não residentes, que realizem seus investimentos no Fundo por meio dos mecanismos de investimento da Resolução n.º 2.689/00.

2.1.3. Registro da Oferta das Quotas

A distribuição pública das Quotas Classe A e das Quotas Classe B foi registrada na CVM sob n.º CVM/SRE/RFP/2007/083 e n.º CVM/SRE/RFP2007/084, respectivamente, em 28 de dezembro de 2007, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400/03.

2.1.4. Quantidade de Quotas da Primeira Emissão

A Primeira Emissão é composta por até 100.000 (cem mil) Quotas Classe A e até 700.000.000 (setecentos milhões) de Quotas Classe B, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Primeira Emissão.

2.1.5. Preço de Emissão e Valor Total da Oferta

O Preço de Emissão inicial unitário por Quota no âmbito da Primeira Emissão foi fixado em R\$ 1,00 (hum real) por Quota, totalizando a Primeira Emissão o montante de até R\$ 700.100.000,00 (setecentos milhões e cem mil reais).

2.1.6. Prazo de Colocação, Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas

No ato de subscrição das Quotas representativas do Patrimônio Inicial, o subscritor (i) firmará o respectivo Boletim de Subscrição e receberá o recibo de pagamento (nos casos em que aplicável), que será autenticado pelo Administrador; (ii) comprometer-se-á, em caráter irrevogável, a remeter ao Fundo o Capital Comprometido, mediante assinatura do Compromisso de Investimento; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, declarando o subscritor, mediante assinatura de Termo de Adesão, ter conhecimento das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação da CVM aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contado da Data de Registro.

As Quotas Classe A somente poderão ser subscritas e integralizadas pelo Administrador e/ou por suas Afiliadas, a critério exclusivo do Administrador.

As Quotas que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas dentro do prazo máximo de 15 (quinze) anos contado da Data de Registro, pelo Preço de Integralização da Quota descrito no Regulamento.

Na medida em que o Administrador (i) identificar intenção de investimento em Valores Mobiliários; ou (ii) identificar uma necessidade de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de capital para pagamento de despesas e encargos, o Administrador realizará uma Chamada de Capital por meio da notificação simultânea a todos os Quotistas do fato e solicitação de aporte de capital ao Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo (o qual não deverá exceder o Capital Comprometido). Ao receberem Chamada de Capital, os Quotistas ficarão obrigados a integralizar suas Quotas, no todo ou em parte, conforme solicitado pelo Administrador e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento e no Regulamento e até o valor de seu Capital Comprometido.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

2.1.7. Cronograma de Etapas da Oferta

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início em 06 de março de 2008*, mediante a publicação do respectivo Anúncio de Início.
Prazo de colocação	As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Registro
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas da Primeira Emissão poderão manifestar a sua intenção junto ao Administrador, a qualquer momento a partir do primeiro Dia Útil do prazo de colocação e até 2 (dois) Dias Úteis anteriores à data de publicação do Anúncio de Encerramento, por meio da assinatura do Termo de Adesão, do Compromisso de Investimento e do Boletim de Subscrição.
Distribuição junto ao público	<p>As Quotas serão destinadas e colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.</p> <p>Os Quotistas da Primeira Emissão serão necessariamente investidores não residentes, que realizem seus investimentos no Fundo por meio dos mecanismos de investimento da Resolução n.º 2.689/00.</p>
Subscrição e integralização de Quotas	<p>No ato de subscrição das Quotas representativas do Patrimônio Inicial, o subscritor (i) firmará o respectivo Boletim de Subscrição e receberá o recibo de pagamento (nos casos em que aplicável), que será autenticado pelo Administrador; (ii) comprometer-se-á, em caráter irrevogável, a remeter ao Fundo o Capital Comprometido mediante assinatura do Compromisso de Investimento; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, declarando, mediante assinatura de Termo de Adesão, ter conhecimento das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação da CVM aplicável.</p> <p>A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) anos contados da Data de Registro.</p> <p>O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.</p>
Suspensão ou Cancelamento da Oferta	O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, em publicação do jornal Valor Econômico, edição nacional, notícia sobre eventual suspensão ou cancelamento da Oferta, facultando aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de suspensão da Oferta, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.
Modificação ou Revogação da Oferta	O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, no periódico Valor Econômico, edição nacional, notícia sobre eventual modificação ou revogação da Oferta. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Administrador, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias, observado que, na hipótese de modificação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação mencionada acima, o interesse em manter a declaração de aceitação da Oferta, presumida a manutenção no caso de silêncio.
Divulgação do resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao término da mesma, que deverá ocorrer na data em que a totalidade das Quotas da Primeira Emissão tiver sido subscrita ou na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, que ocorrerá em 25 de junho de 2008, o que ocorrer primeiro, por meio da publicação de Anúncio de Encerramento no periódico Valor Econômico, edição nacional, utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo.

*As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e atrasos.

2.1.8. Valor Mínimo de Investimento

O investimento inicial mínimo no Fundo por cada Quotista corresponderá a uma subscrição de Quotas equivalente a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

2.1.9. Inadequação da Oferta

A Oferta não é destinada a investidores que necessitam de ampla liquidez em seus títulos.

2.2. Negociação das Quotas

As Quotas serão registradas para negociação no SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP.

2.3. Custos de Distribuição Pública das Quotas

Além dos custos relativos ao pagamento (i) da taxa de fiscalização referente ao registro da Oferta perante a CVM, (ii) da taxa de registro do Instrumento de Constituição do Fundo, dos Instrumentos de Alteração do Regulamento do Fundo e do Regulamento no cartório de Registro de Títulos e Documentos, (iii) da remuneração dos serviços prestados pelo despachante com relação ao registro dos documentos indicados em (ii) acima, (iv) da comissão de distribuição, (v) dos honorários dos consultores legais e (vi) das publicações relativas à Oferta, o Administrador não incorreu em outros custos relacionados à distribuição pública das Quotas. Nesse sentido, a tabela abaixo indica os custos relacionados à estruturação do Fundo e ao registro da Oferta:

Custo da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor total da Oferta*
<i>Despesas de Registro na CVM</i>	<i>83.510,00</i>	<i>0,012%</i>
<i>Despesas de Registro no RTD</i>	<i>2.101,51</i>	<i>0,001%</i>
<i>Despachantes</i>	<i>400,00</i>	<i>0,001%</i>
<i>Publicações*</i>	<i>22.000,00</i>	<i>0,003%</i>
<i>Comissão de Distribuição</i>	<i>20.000,00</i>	<i>0,003%</i>
<i>Consultores Legais</i>	<i>362.000,00</i>	<i>0,052%</i>
<i>Total</i>	<i>490.011,51</i>	<i>0,070%</i>

*Valores aproximados, conforme limitados a 3 (três) casas decimais após a vírgula, arredondando para cima todos os valores menores a referida limitação

Custo Unitário de Distribuição	
<i>Preço por Quota (R\$)*</i>	<i>Custo por Quota (R\$)</i>
<i>1,00</i>	<i>0,0007</i>

* com base no Preço de Emissão na data de emissão

Montante Total da Oferta (R\$)	Custo Máximo da Distribuição (R\$)
<i>700.100.000,00</i>	<i>490.011,51</i>

Adicionalmente, os custos relativos à contratação dos Auditores Independentes e do Custodiante somente serão incorridos pelo Fundo a partir do início das atividades deste, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a colocação pública das Quotas.

2.4. Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta, do Fundo, do Regulamento e deste Prospecto, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP e/ou à sede do Administrador e/ou do Distribuidor, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada uma dessas instituições na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo.

Administrador:

Brascan Asset Management Investimentos Ltda.

Avenida Almirante Barroso, n.º 52, sala 1.301, parte, Centro

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Ricardo Garcia Mattei

Tel.: (55) (21) 3722-6100

Fax: (55) (21) 3722-6180

Correio Eletrônico: rmattei@brascanam.com.br/ investidor@brascanam.com.br

Website: www.brascan.com.br

Distribuidor:

Banco Brascan S.A.

Avenida Almirante Barroso, n.º 52, 30º andar, Centro

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Sérgio Leal Campos

Tel.: (55) (21) 3231-3000

Fax: (55) (21) 3231-3231

Correio Eletrônico: s campos@bancobrascan.com.br/ investidor@bancobrascan.com.br

Website: www.bancobrascan.com.br

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo – SP

Website: www.cvm.gov.br

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar

São Paulo - SP

Website: www.cetip.com.br

2.5. Identificação dos Assessores Legais, Auditores Independentes e Custodiante

2.5.1. Assessores Legais

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447

São Paulo – SP

At.: Dra. Marina Procknor e Dra. Patricia Harumi Stefanini

Tel.: (55) (11) 3147-7822

Fax: (55) (11) 3147-7770

Correio eletrônico: marina@mattosfilho.com.br / phs@mattosfilho.com.br

Website: www.mattosfilho.com.br

2.5.2. Auditores Independentes

Os auditores responsáveis pela auditoria/revisão das demonstrações financeiras do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Rua José Guerra, n.º 127, Chácara Santo Antônio

São Paulo – SP

At.: Sr. Celso de Almeida Moraes

Tel.: (55) (11) 5186-1754

Fax: (55) (11) 5181-2744

Correio Eletrônico: cmoraes@deloitte.com

Website: www.deloitte.com.br

2.5.3. Custodiante

O Custodiante, responsável pela custódia qualificada dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira, pela escrituração das Quotas e pela prestação dos serviços de tesouraria do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Paulista, n.º 1.111, 2º andar, parte, Bela Vista

São Paulo - SP

At.: Sr. Leandro Vilela

Tel.: (55) (11) 4009-2895

Fax: (55) (11) 4009-7029

Correio Eletrônico: leandro.vilela@citigroup.com

Website: www.citibank.com.br

2.6. Declarações do Administrador e do Distribuidor

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, na qualidade de instituição administradora do Fundo, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelo **Sr. Ricardo Garcia Mattei**, na qualidade de diretor estatutário do Administrador.

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Distribuidor, na qualidade de instituição coordenadora da Primeira Emissão, declara que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar a veracidade, consistência e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelos **Srs. Luiz Ildefonso Simões Lopes e Isacson Casiuch**, na qualidade de diretores estatutários do Distribuidor.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

3. FATORES DE RISCO

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da Carteira e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.1. Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, somente admite o resgate de suas Quotas na data de liquidação do Fundo. As amortizações parciais e/ou total das Quotas serão promovidas pelo Administrador, na forma descrita neste Prospecto e no Regulamento. Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observados, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

3.2. Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários

Apesar de a Carteira ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

3.3. Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais Valores Mobiliários e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas. A falta de liquidez poderá decorrer da ausência de um mercado estabelecido para os investimentos, assim como de restrições legais, contratuais ou outras com relação à sua alienação ao e pelo Fundo.

3.4. Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

3.5. Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos

O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e/ou poderá investir em Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Seção 4 do Regulamento, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira. O disposto neste parágrafo implicará risco de concentração dos investimentos do Fundo em poucos emissores e risco de pouca liquidez para o Fundo, o que poderá, eventualmente, acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

3.6. Não existência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas.

3.7. Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no Valor do Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

3.8. Outros Riscos

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

4. BROOKFIELD BRAZIL TIMBER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

BROOKFIELD BRAZIL TIMBER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Os termos utilizados nesta seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e na seção "Definições" deste Prospecto. Esta seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

4.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e regido pelo Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, de tempos em tempos, incluindo, mas não limitado, a Instrução CVM n.º 391/03 e a Instrução CVM n.º 409/04.

O Fundo terá prazo de duração de 15 (quinze) anos contado da Data de Registro. Observado o disposto no Regulamento e no item 4.14 deste Prospecto, referido prazo poderá ser prorrogado por um período ou períodos adicionais, mediante proposta do Administrador e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas.

4.2. Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

As Quotas de emissão do Fundo serão destinadas e colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

Os Quotistas da Primeira Emissão serão necessariamente investidores não residentes, que realizem seus investimentos no Fundo por meio dos mecanismos de investimento da Resolução n.º 2.689/00.

O investimento inicial mínimo no Fundo por cada Quotista corresponderá a uma subscrição de Quotas equivalente a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Nenhum Quotista poderá deter, direta ou indiretamente, por meio de partes relacionadas, Quotas que representem um percentual equivalente ou superior a 40,0% (quarenta por cento) das Quotas e/ou do rendimento total auferido pelo Fundo ao longo de seu prazo de duração.

4.3. Administração e Gestão do Fundo

4.3.1. Administrador

O Fundo é administrado e gerido pela **Brascan Asset Management Investimentos Ltda.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de recursos de terceiros, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52, sala 1.301, parte, Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 07.885.392/0001-62.

O diretor do Administrador, responsável civil e criminalmente pela supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, nos termos da regulamentação em vigor, é o Sr. Ricardo Garcia Mattei, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 37.844.371, inscrito no CPF/MF sob n.º 082.309.418-90.

Observada a regulamentação da CVM em vigor e o Regulamento, o Administrador terá poderes para praticar todos e quaisquer atos que se façam necessários à administração e operacionalização do Fundo e à gestão da Carteira.

Para todos os fins de direito, o Administrador será responsável por selecionar as Companhias Investidas e administrar a Carteira, e será também responsável pela administração dos investimentos do Fundo nas Companhias Investidas, pela participação do Fundo na administração das Companhias Investidas e pela representação do Fundo, diretamente ou por intermédio de terceiros nomeados pelo Administrador ou pelo Fundo, em todos e quaisquer documentos relativos aos investimentos do Fundo nas Companhias Investidas, incluindo, sem limitação, a participação do Fundo em comitês, órgãos de administração e assembleias gerais das Companhias Investidas.

4.3.2. Renúncia e Destituição do Administrador

O Administrador poderá renunciar à administração do Fundo mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá imediatamente convocar uma Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição, a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de encaminhamento da notificação de que trata este parágrafo.

Independentemente do disposto acima, na hipótese de renúncia, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração ao Fundo até que outra instituição venha a lhe substituir e deverá receber a Taxa de Administração referente ao período em que permanecer no exercício do cargo de administrador do Fundo.

Além da hipótese de renúncia descrita acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por aprovação dos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral de Quotistas. Em qualquer hipótese, a Assembleia Geral de Quotistas será convocada para deliberar sobre a substituição. Se destituído de suas funções pela CVM, esta poderá nomear substituto temporário do Administrador, que permanecerá na função até a eleição da nova administração do Fundo.

4.4. Prestadores de Serviço do Fundo

4.4.1. Custodiante

A custódia qualificada dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira, a escrituração das Quotas e a prestação dos serviços de tesouraria do Fundo serão realizadas por instituição devidamente qualificada a prestar serviços de custódia qualificada e escrituração. Para isso, o Fundo contratou o **Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1.111, 2º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.868.597/0001-40. Os serviços prestados pelo Custodiante ao Fundo constituem encargos do Fundo.

4.4.2. Auditor Independente

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a **Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Guerra, n.º 127, Chácara Santo Antônio, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 49.928.567/0001-11, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

4.5. Objetivo do Fundo

O objetivo do Fundo é investir em Companhias Investidas, cujo objetivo seja adquirir, desenvolver, administrar e explorar ativos de madeira de pinus e eucalipto no Brasil por meio de 3 (três) diferentes modalidades de investimento: (a) aquisição de propriedade de áreas reflorestadas; (b) desenvolvimento de reflorestamento em áreas agricultáveis; e (c) aquisição de direitos ao corte de madeira. Os investimentos do Fundo estarão localizados, principalmente, nos Estados do Paraná e Santa Catarina, podendo também estar localizados em outros Estados brasileiros, exceto na região amazônica. Os investimentos pelo Fundo nas Companhias Investidas serão efetuados por meio da aquisição de Valores Mobiliários.

Sem prejuízo do disposto neste Prospecto e no Regulamento, os investimentos do Fundo em Valores Mobiliários deverão propiciar a participação do Fundo na administração das Companhias Investidas, com efetiva influência na definição das políticas estratégicas e de gestão das mesmas, inclusive, sem limitação, por meio da: (i) indicação, pelo Fundo, de membros do conselho de administração e da diretoria das Companhias Investidas; (ii) titularidade de ações que integrem o bloco de controle das Companhias Investidas; ou (iii) participação em acordos de acionistas e/ou acordos de investimento envolvendo as Companhias Investidas e/ou acordos de natureza diversa que assegurem a efetiva influência do Fundo sobre as políticas estratégicas e gestão das Companhias Investidas.

4.6. Investimentos do Fundo

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão selecionados pelo Administrador e serão realizados com estrita observância aos termos e condições estabelecidos no Regulamento (incluindo, mas não limitado a, o objetivo e a política de investimento do Fundo), e poderão ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo em Outros Ativos serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores, mercado de balcão ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

Sem prejuízo do disposto acima, a fim de que o Fundo possa realizar e manter seus investimentos em Valores Mobiliários, cada Companhia Investida deverá observar as regras abaixo e manter as seguintes práticas de governança corporativa:

- (i) seu estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias, e, à época da realização de investimentos pelo Fundo em referida Companhia Investida, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Investida em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Investida deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a Companhia Investida deverá sempre manter todas as informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opção de compra de ações e outros Valores Mobiliários de sua emissão disponíveis, se houver;
- (iv) a Companhia Investida deverá aderir à uma câmara de arbitragem para resolver conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante registro de companhia aberta na CVM, a Companhia Investida deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os itens (i) a (iv) acima; e
- (vi) suas demonstrações contábeis deverão ser auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM.

4.6.1. Composição da Carteira

A Carteira será composta por:

- (i) Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas;
- (ii) Outros Ativos; e
- (iii) moeda corrente nacional.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial.

4.7. Período de Investimento para a Formação da Carteira

Haverá um período para que o Fundo invista em Valores Mobiliários, que se iniciará na Data de Registro e se estenderá por 4 (quatro) anos. O Fundo realizará investimentos e desinvestimentos em Valores Mobiliários e em Outros Ativos, de acordo com o disposto neste Prospecto e no Regulamento.

Os recursos que serão utilizados pelo Fundo para investir em Valores Mobiliários e Outros Ativos: (i) serão contribuídos pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas; ou (ii) provirão de Empréstimos; e/ou (iii) decorrerão de retorno dos investimentos do Fundo em Companhias Investidas, na forma prevista no Regulamento.

Não obstante o disposto acima, as Chamadas de Capital poderão ser realizadas após o término do Período de Investimento, por decisão do Administrador, nas seguintes circunstâncias: (i) para pagar qualquer obrigação do Fundo, incluindo a Taxa de Administração e os encargos indicados neste Prospecto e no Regulamento; (ii) para constituir ou aumentar reservas de caixa conforme determinado no Regulamento; (iii) para permitir que o Fundo complete os Investimentos Subseqüentes em investimentos existentes em Companhias Investidas ou em suas partes relacionadas; (iv) para completar qualquer investimento que (a) seja objeto de contrato definitivo, carta de intenção ou protocolo de entendimentos que tenha sido celebrado pelo Fundo; ou (b) que estava em processamento, em cada caso, antes do término do Período de Investimento; e (v) para pagar qualquer valor relativo ao exercício, permuta ou conversão de quaisquer valores mobiliários conversíveis detidos pelo Fundo.

4.8. Período de Liquidação dos Investimentos

No primeiro Dia Útil seguinte ao término do Período de Investimento, o Administrador cessará todo e qualquer investimento, pelo Fundo, em Valores Mobiliários, ressalvados os investimentos realizados nas circunstâncias previstas no item 4.7 deste Prospecto e no Regulamento e, na data apropriada, agindo de forma razoável, dará início ao processo de desinvestimento pelo Fundo, que deverá estar finalizado até a data de liquidação do Fundo.

4.9. Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas

4.9.1. Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo e estão divididas em classes diferentes. As Quotas da Primeira Emissão estão divididas em 2 classes: Quotas Classe A, que não deverão exceder o número de 100.000 (cem mil); e Quotas Classe B, representativas do restante das Quotas da Primeira Emissão.

As Quotas Classe A somente poderão ser subscritas e integralizadas pelo Administrador e/ou por suas Afiliadas, a critério exclusivo do Administrador.

Todas as Quotas terão forma nominativa, serão escriturais e registradas, em nome de seus titulares, pelo Administrador.

Cada Quota pertencente à mesma classe e a qualquer nova classe de Quotas deverão fazer jus a pagamentos de amortização em igualdade de condições.

4.9.2. Patrimônio Inicial do Fundo

O Patrimônio Inicial, representado pela Primeira Emissão, será formado por até 100.000 (cem mil) Quotas Classe A e até 700.000.000 (setecentos milhões) de Quotas Classe B, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Primeira Emissão.

O Preço de Emissão foi fixado em R\$ 1,00 (um real), totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a R\$ 700.100.000,00 (setecentos milhões e cem mil reais).

O Patrimônio Autorizado corresponde a R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais).

4.9.3. Valor das Quotas

O valor das Quotas será calculado mensalmente e na data em que o Fundo efetuar qualquer pagamento relativo à amortização e/ou ao resgate de Quotas, conforme o caso. O valor das Quotas corresponderá à divisão do Valor do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas em Circulação na data de apuração do valor das Quotas.

4.9.4. Direito de Voto

Observado os quoruns para deliberação e aprovação estabelecidos no Regulamento, as Quotas terão direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, e cada Quota dará o direito a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

4.9.5. Condições de Emissão e Subscrição de Quotas do Fundo

Cada emissão de Quotas será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial serão subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e serão integralizadas em moeda corrente nacional de acordo com as Chamadas de Capital realizadas em conformidade com o disposto no Regulamento.

No ato de subscrição das Quotas representativas do Patrimônio Inicial e/ou no ato de subscrição de quaisquer Novas Quotas, o subscritor (i) firmará o respectivo Boletim de Subscrição e receberá o recibo de pagamento (nos casos em que aplicável), que será autenticado pelo Administrador; (ii) comprometer-se-á, em caráter irrevogável, a remeter ao Fundo o Capital Comprometido, mediante a assinatura do Compromisso de Investimento; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, declarando o subscritor, mediante assinatura de Termo de Adesão, ter conhecimento das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação da CVM aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

4.9.6. Integralização das Quotas da Primeira Emissão

O Preço de Integralização será pago pelos Quotistas em conformidade com solicitação que venha a ser efetuada pelo Administrador aos Quotistas de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

Na medida em que o Administrador (i) identificar intenção de investimento em Valores Mobiliários; ou (ii) identificar uma necessidade de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de capital para pagamento de despesas e encargos, o Administrador realizará uma Chamada de Capital simultaneamente para todos os Quotistas por meio da notificação aos Quotistas do fato e solicitação de aporte de capital ao Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo (o qual não deverá exceder o Capital Comprometido).

Ao receberem Chamada de Capital, os Quotistas ficarão obrigados a integralizar suas Quotas, no todo ou em parte, conforme solicitado pelo Administrador e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento e no Regulamento e até o valor de seu Capital Comprometido.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

O procedimento disposto acima poderá ser repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) do Preço de Integralização das Quotas subscritas pelos Quotistas tenham sido pago pelos Quotistas.

A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) anos contados da Data de Registro.

Ao subscreverem Quotas e assinarem os Compromissos de Investimento, os Quotistas comprometer-se-ão a cumprir o disposto acima e nos respectivos Compromissos de Investimento e serão responsáveis por quaisquer perdas e danos que venham causar ao Fundo na hipótese de descumprimento de suas obrigações previstas acima e nos respectivos Compromissos de Investimento, excetuadas as perdas de valor ou a diminuição do preço dos Valores Mobiliários que compõem a Carteira ou a serem adquiridos pelo Fundo.

4.9.7. Emissão de Novas Quotas

Emissões de Novas Quotas, além das Quotas da Primeira Emissão, até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas a exclusivo critério do Administrador, dispensada a aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, sendo que emissões de Novas Quotas acima do Patrimônio Autorizado somente poderão ser realizadas mediante aprovação prévia do Administrador e da Assembléia Geral de Quotistas. É vedada a emissão de novas Quotas Classe A.

As Novas Quotas emitidas pelo Fundo no futuro poderão pertencer a classes diferentes, que não as classes A e B, conforme determinado pelo Administrador (no âmbito da emissão de Novas Quotas até o valor do Patrimônio Autorizado) ou pela Assembléia Geral de Quotistas (no âmbito da emissão de Novas Quotas que ultrapasse o Patrimônio Autorizado).

Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o preço de emissão e o preço de integralização de quaisquer Novas Quotas serão fixados nos termos do Regulamento.

O Quotista Subseqüente deverá pagar ao Fundo o Pagamento de Equalização.

4.9.8. Direito de Preferência para Novas Emissões

Os Quotistas não terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas.

4.9.9. Negociação das Quotas

As Quotas serão registradas para negociação no SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP.

4.10. Condições de Amortização e Resgate das Quotas

As Quotas serão amortizadas ao longo do prazo de duração do Fundo, a exclusivo critério do Administrador e de acordo com as condições estabelecidas no Regulamento para cada classe de Quotas.

As Quotas dos Quotistas existentes anteriormente ao ingresso de quaisquer Quotistas Subseqüentes no Fundo, serão amortizadas, *pro rata*, no valor equivalente aos Pagamentos de Equalização efetuados pelos Quotistas Subseqüentes ao Fundo, sendo que tanto a amortização quanto o Pagamento de Equalização devem ocorrer na mesma data em que os Quotistas Subseqüentes subscreverem Quotas, nos termos do Regulamento.

Para fins de amortização das Quotas, o valor da Quota será equivalente ao Valor do Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas em Circulação no Dia Útil anterior à data de pagamento da amortização.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Em nenhuma circunstância, os pagamentos de amortização de Quotas serão efetuados em espécie por meio da entrega de Valores Mobiliários ou Outros Ativos.

Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, após o atendimento de todas as obrigações do Fundo, todas as Quotas terão seu valor integralmente amortizado.

As Quotas somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

4.11. Empréstimos

A exclusivo critério do Administrador, o Fundo poderá obter recursos por meio de Empréstimos concedidos por (a) organismos multilaterais, agências de fomento e/ou bancos de desenvolvimento que sejam controlados e que recebam contribuições provenientes do orçamento de um ou mais governos e que a maioria das quotas, ações ou outro tipo de participação societária do mesmo seja de titularidade de um ou mais governos, ou (b) qualquer instituição financeira e/ou companhia e/ou outra pessoa jurídica que venha a ser autorizada nos termos da lei e da regulamentação da CVM aplicáveis, de tempos em tempos, desde que (i) o valor financiado não exceda o equivalente a 30% (trinta por cento) dos ativos que compõem a Carteira e que (ii) os termos e condições dos mesmos estejam em conformidade com a lei e regulamentação da CVM aplicáveis (incluindo, para maior clareza, a Instrução da CVM n.º 406/04), inclusive, sem limitação, no que diz respeito ao limite de endividamento indicado em (i) acima.

4.12. Demonstrações Contábeis

O Fundo terá escrituração contábil própria e os investimentos, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo devem ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do Custodiante.

O exercício social do Fundo será equivalente ao ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações contábeis do Fundo serão elaboradas no final de cada exercício social com base no *GAAP* Brasileiro e nos termos e condições dispostos no Regulamento, bem como serão auditadas pelo Auditor Independente.

4.13. Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

O valor de cada Valor Mobiliário significa:

- (i) se negociado em 1 (uma) ou mais bolsas de valores, o valor a ser considerado será o preço de fechamento médio de tal Valor Mobiliário na(s) respectiva(s) bolsa(s) durante o período de 10 (dez) dias de negociação que deverá ser encerrado no quinto dia de negociação após a data estabelecida como base para a avaliação;
- (ii) se ativamente negociado em mercado de balcão, o valor a ser considerado será a média do preço de fechamento de tal Valor Mobiliário durante o período de 10 (dez) dias de negociação que deverá ser encerrado no quinto dia de negociação após a data estabelecida como base para a avaliação; ou
- (iii) caso não haja nenhum mercado público ativo, o Administrador fará com que tal Valor Mobiliário seja avaliado de tempos em tempos, às expensas do Fundo, por Agente de Avaliação. O Administrador será responsável pela escolha do Agente de Avaliação que avaliará os Valores Mobiliários e por informar o Custodiante de referida escolha.

A primeira avaliação de cada Valor Mobiliário, conforme mencionada no item (iii) acima, deverá ocorrer em até 12 (doze) meses contado da aquisição de cada Valor Mobiliário pelo Fundo, e, desde então, o Administrador deverá providenciar uma avaliação *desk-top* (avaliação limitada, baseada em informações fornecidas ao Agente de Avaliação, sem o benefício de auditoria física conduzida pelo Agente de Avaliação) de referido Valor Mobiliário, em 31 de dezembro de cada ano.

A cada 4 (quatro) anos após a primeira avaliação de cada Valor Mobiliário referida no item (iii) acima, uma avaliação completa deverá ser conduzida por um Agente de Avaliação diverso daquele que conduziu a avaliação completa precedente.

O valor dos Outros Ativos será determinado pelo Administrador ou pelo Custodiante, a exclusivo critério do Administrador, de boa-fé, com base nos respectivos valores de mercado e nas disposições das leis aplicáveis.

O Valor do Patrimônio Líquido será calculado mensalmente pelo Administrador, levando-se em consideração os critérios determinados acima.

4.14. Liquidação do Fundo

A liquidação do Fundo será realizada de acordo com um ou mais procedimentos descritos abaixo, a critério do Administrador, agindo de forma razoável:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, relativamente aos Valores Mobiliários e Outros Ativos admitidos à negociação nesses mercados; ou
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

Caso os procedimentos mencionados acima não forem viáveis ou suficientes, no caso de não haver recursos suficientes para amortizar a totalidade das Quotas em circulação à época da liquidação do Fundo, o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas para deliberar se a mesma deseja prorrogar o prazo de duração do Fundo, para que o Administrador disponha de período adicional para vender os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira e, posteriormente, liquidar o Fundo e amortizar as Quotas.

Na hipótese em que os Valores Mobiliários e Outros Ativos que compõem a Carteira não tiverem sido vendidos até o término (i) do prazo de duração do Fundo, ou (ii) do prazo determinado pelos Quotistas de acordo com o disposto no parágrafo acima, o prazo do Fundo deverá ser automaticamente prorrogado por um período adicional de 2 (dois) anos. Após, exceto se referido prazo for posteriormente prorrogado mediante proposta efetuada pelo Administrador e aprovada pela Assembléia Geral de Quotistas, conforme permitido no Regulamento, o Administrador deverá vender todos os ativos remanescentes do Fundo a qualquer preço que seja, então, alcançado.

Na data em que os procedimentos de liquidação previstos nos itens (i) e (ii) acima forem iniciados, seja (a) pela proximidade do término do prazo do Fundo, ou (b) nas hipóteses de liquidação antecipada, ou (c) nas circunstâncias prevista nos dois parágrafos imediatamente acima, o Administrador ou suas Afiliadas terão a opção de adquirir até 20% (vinte por cento) dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, conforme calculado em referida data, que não tenham sido alienados ou integralmente resgatados nos respectivos prazos contratuais e/ou datas de vencimento, por, pelo menos, o valor registrado no livro de registro do Fundo de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento.

Na hipótese em que o Administrador ou suas Afiliadas desejarem adquirir mais do que 20% (vinte por cento) dos Valores Mobiliários e Outros Ativos remanescentes, a aprovação da Assembléia Geral de Quotistas será necessária para tal propósito.

Após o pagamento do resgate total das Quotas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e, encaminhará à CVM a documentação necessária, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

O Fundo poderá ser liquidado pelo Administrador antes do final de seu prazo de duração na ocorrência dos seguintes eventos:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do término do prazo de duração do Fundo; ou
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.

4.15. Assembléia Geral de Quotistas

As matérias de competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, bem como o quorum de instalação e de aprovação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos na Seção 5 do Regulamento.

4.16. Operações sujeitas à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas

Qualquer proposta de operação entre o Fundo e as pessoas físicas e jurídicas indicadas nos itens (i) e (ii) abaixo deverá ser submetida à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas:

- (i) as seguintes pessoas físicas ou jurídicas que, isoladamente ou em conjunto, detenham mais de 10% (dez por cento) do capital votante de uma Companhia Investida ou da totalidade de seu capital social: (a) o Administrador; (b) qualquer pessoa jurídica autorizada pela CVM a administrar a Carteira, conforme nomeada pelo Administrador nos termos do Regulamento; (c) os membros dos comitês e conselhos do Fundo (se houver); (d) os Quotistas que detenham 5% (cinco por cento) ou mais das Quotas, os detentores de participação societária nesses Quotistas e seus respectivos cônjuges; e/ou
- (ii) outros fundos de investimento e/ou carteiras de valores mobiliários geridos pelo Administrador.

Ademais, exceto com a aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, ao Fundo será vedado adquirir Valores Mobiliários de emissão de qualquer Companhia Investida na qual:

- (i) as seguintes pessoas físicas ou jurídicas que, isoladamente ou em conjunto, detenham mais de 10% (dez por cento) do capital votante de uma Companhia Investida ou da totalidade de seu capital social:
 - (a) o Administrador; (b) qualquer pessoa jurídica autorizada pela CVM a administrar a Carteira, conforme nomeada pelo Administrador nos termos do Regulamento; (c) os membros dos comitês e conselhos do Fundo (se houver); (d) os Quotistas que detenham 5% (cinco por cento) ou mais das Quotas, os detentores de participação societária nesses Quotistas e seus respectivos cônjuges; e/ou
- (ii) qualquer das pessoas físicas ou jurídicas mencionadas no item (i) acima que: (a) estejam direta ou indiretamente envolvidas na estruturação financeira da emissão de Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na função de agente de colocação, distribuidor ou garantidor da emissão; ou (b) sejam membros do conselho de administração, conselho consultivo ou conselho fiscal da Companhia Investida emissora de Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento, pelo Fundo, na respectiva Companhia Investida.

4.17. Conflito de Interesse

A Assembléia Geral de Quotistas deverá (i) revisar quaisquer situações de Conflito de Interesse e aprovar ou rejeitar operações que envolvam tal conflito, ainda que seja somente um Conflito de Interesse em potencial; ou (ii) delegar seu poder de resolução de referido Conflito de Interesse a terceiro(s) nomeado(s) pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas.

Qualquer evento que seja considerado um Conflito de Interesse de acordo com o critério do Administrador será tratado pela Assembléia Geral de Quotistas ou por qualquer terceiro nomeado pela mesma.

Quotistas envolvidos em qualquer Conflito de Interesse não serão autorizados a votar na Assembléia Geral de Quotistas somente com relação ao item da ordem do dia que tratar do acima mencionado Conflito de Interesse.

4.18. Divulgação de Informações sobre o Fundo

Sem prejuízo das obrigações referidas acima, o Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que tais informações não sejam informações confidenciais referentes às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador ao amparo de um compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções habituais enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou de consultoria de qualquer Companhia Investida.

O Administrador fornecerá aos Quotistas e à CVM:

- (i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias contado do encerramento do trimestre civil a que se referir, as seguintes informações:
 - a. Valor do Patrimônio Líquido; e
 - b. número de Quotas emitidas;

- (ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento de tal período, as seguintes informações:
 - a. composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
 - b. demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas de declaração que deverá ser emitida pelo Administrador de acordo com os termos estabelecidos no Regulamento;
 - c. encargos cobrados do Fundo, com discriminação dos respectivos valores; e
 - d. nome do Custodiante;

- (iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias contado do encerramento do exercício social, as seguintes informações:
 - a. demonstrações contábeis do exercício social acompanhadas de parecer do Auditor Independente;
 - b. valor da quota na data do balanço (e o Valor do Patrimônio Líquido naquela data) e sua rentabilidade no período; e
 - c. encargos cobrados do Fundo, com discriminação dos respectivos valores e do percentual em relação ao Valor do Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

As informações prestadas pelo Administrador ou contidas em qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com o Regulamento ou com os relatórios protocolizados na CVM.

Ademais, o Administrador e/ou a Assembléia Geral de Quotistas, conforme o caso, também deverão notificar a CVM sobre os seguintes eventos, no prazo de 8 (oito) dias contado da data em que a Assembléia Geral de Quotistas adotar a deliberação com relação a:

- (i) qualquer alteração ao Regulamento;
- (ii) a destituição e a substituição do Administrador;
- (iii) fusão, aquisição, cisão ou liquidação do Fundo; e
- (iv) a emissão de Novas Quotas.

O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer informações relevantes sobre o fundo divulgadas aos Quotistas ou a terceiros, por meio do Sistema de Envio de Documentos da CVM (*CVMweb*), nos termos do Ofício Circular CVM/SRE/1069/2006, de 16 de maio de 2006.

4.19. Taxa de Administração e Encargos do Fundo

4.19.1. Taxa de Administração

Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador fará jus à Taxa de Administração.

A Taxa de Administração será paga mensalmente pelo Fundo, antecipadamente ao mês dos serviços prestados, e será equivalente a uma taxa fixa correspondente a R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) ao ano, acrescida anualmente da variação acumulada do IGPM na data de cada aniversário da Data de Registro e da seguinte taxa variável: (i) durante o Período de Investimento, 0,5% (meio por cento) ao ano do somatório do Capital Comprometido não integralizado, incluindo, sem limitação, qualquer Capital Comprometido ainda não integralizado que decorra da totalidade de valores em moeda corrente nacional distribuídos aos Quotistas pelo Fundo a título de retorno de aporte de capital, em conformidade com o disposto no Regulamento, até a data de referido cálculo; e (ii) durante e após o Período de Investimento, 0,75% (setenta e cinco décimos por cento) ao ano de todo o Capital Comprometido chamado e integralizado pelos Quotistas (exceto qualquer capital chamado especificamente para efetuar o pagamento da Taxa de Administração) até a data de referido cálculo, e, conforme especificado pelo Administrador na data de um investimento específico, o Capital Comprometido a ser pago pelos Quotistas em data futura referente ao investimento efetuado pelo Fundo, conforme o caso, relativos aos investimentos do Fundo, que não tenham sido vendidos nem de outro modo alienados.

O Administrador não fará jus a qualquer taxa de performance.

4.19.2. Outros Encargos

Além da Taxa de Administração, as seguintes despesas constituirão encargos do Fundo:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de aquisição e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira;
- (ii) taxas e tributos federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os ativos, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas no Regulamento e na regulamentação da CVM;
- (iv) despesas com correspondência e outros tipos de comunicação efetuados pelo Administrador em benefício do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas judiciais e despesas correlatas incorridas em razão da defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor de condenações do Fundo, se for o caso;

- (vii) parcela de quaisquer prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrentes da negligência ou dolo do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer outras despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) despesas de qualquer valor associadas à constituição, fusão, aquisição, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira; e
- (xi) despesas de qualquer valor associadas com a contratação de terceiros para prestar serviços jurídicos, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, incluindo, sem limitação, os honorários e despesas do Custodiante e do Auditor Independente.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo a quaisquer prestadores de serviços que tenham sido sub-contratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o valor total da Taxa de Administração.

4.20. Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de Valores Mobiliários das Companhias Investidas, não listadas em bolsa de valores, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.20.1. Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

As operações com as Quotas podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um e meio por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Contudo, os Quotistas residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução n.º 2.689/00 estão sujeitos ao IOF/Câmbio à alíquota de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas tomará por base (i) a residência dos Quotistas (a) no Brasil, e (b) no exterior; e (ii) 3 (três) eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação, quais sejam (a) a cessão ou alienação de Quotas, (b) o resgate de Quotas, e (c) a amortização de Quotas.

Quotistas Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

Quotistas Residentes no Exterior

Aos Quotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução n.º 2.689/00, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em Paraíso Fiscal.

Se não residentes em Paraíso Fiscal, os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40,00% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40,00% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e títulos públicos). Nestes casos, os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

Se residentes em Paraíso Fiscal, os Quotistas não se beneficiam do tratamento descrito no parágrafo acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas residentes no Brasil.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, em regra, as transações realizadas no Brasil que resultassem na transferência de fundos de uma conta mantida por uma instituição financeira brasileira estavam sujeitas à incidência da CPMF, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Entretanto, a partir de 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. Caso o governo brasileiro decida reintroduzir a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após aprovada legislação correlata e expirado o prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

4.20.2. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um e meio por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, as operações realizadas por fundos de investimento, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da Carteira e o pagamento realizado no resgate das respectivas quotas, estavam sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

No entanto, desde 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo brasileiro, a partir de fevereiro de 2008, pode propor o restabelecimento da CPMF, mediante a apresentação de uma nova Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Nacional. Caso a CPMF seja restabelecida, somente será aplicável após decorrido um período de 90 (noventa) dias contados da promulgação da nova legislação.

4.21. Solução de Conflitos

Os conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, serão solucionados por meio de arbitragem administrada pela Câmara de Arbitragem do Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, de acordo com o Regulamento da Câmara e o disposto no Regulamento. Todo o procedimento arbitral será conduzido no idioma português, devendo ser aplicadas as leis brasileiras.

4.22. Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, a Oferta, o Regulamento e este Prospecto, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador e/ou o Distribuidor no seguinte endereço:

Administrador:

Brascan Asset Management Investimentos Ltda.

Avenida Almirante Barroso, n.º 52, sala 1.301, parte, Centro

Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3722-6100

Fax: (21) 3722-6180

Correio Eletrônico: investidor@brascanam.com.br

Website: www.brascan.com.br

Distribuidor:

Banco Brascan S.A.

Avenida Almirante Barroso, n.º 52, 30º andar, Centro

Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3231-3000

Fax: (21) 3231-3231

Correio Eletrônico: investidor@bancobrascan.com.br

Website: www.bancobrascan.com.br

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

ANEXOS

- Cópia do Instrumento de Constituição do Fundo, de 20 de setembro de 2007
- Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo, de 08 de novembro de 2007
- Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo, de 13 de novembro de 2007
- Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo, de 05 de dezembro de 2007
- Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo, de 31 de janeiro de 2008
- Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto
- Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM n.º 400/03
- Declaração do Distribuidor, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM n.º 400/03

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Cópia do Instrumento de Constituição do Fundo, de 20 de setembro de 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

109306425-09-07

6ºRTD-RJ - 1093064
Emol:200,70;Distrib:10,30;Lei:111/08:10,5
Mutua:ACOTERJ:7,82 / PETJ:42,20
Lei:4.554/06:19,66 / Tot.Emol: 282,12
PARAN:Vias:4 / Nome(s):1 / Page:43
Proc.Estr: N / Averb:N / Dila:..



BRASCAN ASSET MANAGEMENT INVESTIMENTOS LTDA.

CNPJ/MF no. 07.885.392/0001-62

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
BROOKFIELD BRAZIL TIMBER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

1. Pelo presente instrumento particular, a **Brascan Asset Management Investimentos Ltda.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52, sala 1301, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.885.392/0001-62, na qualidade de instituição administradora ("Administrador"), resolve:

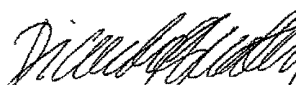
- a. Constituir um fundo de investimento em participações nos termos da Instrução da CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 391/03"), em regime de condomínio fechado, que será denominado **BROOKFIELD BRAZIL TIMBER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo");
- b. Aprovar o Regulamento do Fundo, que segue anexo ao presente instrumento de constituição;
- c. Nomear o Sr. Ricardo Garcia Mattei, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade R.G. n.º 37844371, inscrito no CPF sob n.º 082.309.418-90, domiciliado na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Av Imperatriz Leopoldina, n.º 110-C-14, para ser o diretor do Administrador responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo;
- d. Assumir as funções de administração e gestão do Fundo e contratar as seguintes instituições como prestadores de serviços do Fundo: (i) Banco Brascan S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av Almirante Barroso, nr 52 – 30 andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.923.111/0001-29, para ser responsável pela distribuição pública das quotas da primeira emissão do Fundo ("Primeira Emissão"); (ii) Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1.111, 2º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.868.597/0001-40, para ser responsável pela prestação de serviços de controladoria, custódia dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo e escrituração das quotas do Fundo; e (iii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Guerra, n.º 127, Chácara Santo

Antônio, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 49.928.567/0001-11, para ser responsável pela prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo;

- e. Deliberar sobre a Primeira Emissão de quotas do Fundo de até 100 (cem) quotas classe A ("Quotas Classe A") e de até 700.000 (setecentas mil) quotas classe B ("Quotas Classe B") (Quotas Classe A e Quotas Classe B doravante referidas em conjunto como "Quotas"), que corresponderão a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo. O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão corresponderá ao valor total em reais equivalente a U\$ 1.000,00 (mil dólares dos Estados Unidos), calculado com base na Taxa de Câmbio (como definido no Regulamento) vigente no segundo dia útil anterior à data em que o anúncio de início da oferta da Primeira Emissão for publicado (sendo o preço de emissão de cada Quota representativa do Patrimônio Inicial designado "Preço de Emissão"), totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até o valor total resultante da multiplicação do número de Quotas da Primeira Emissão pelo Preço de Emissão. O Patrimônio Autorizado do Fundo corresponderá a R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). As Quotas terão os direitos e características definidos no Regulamento ora aprovado e que segue anexo ao presente instrumento. A Primeira Emissão será objeto de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 391/03 e da Instrução CVM 400/03, conforme alteradas, e serão inicialmente admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP; e
- f. Submeter a presente deliberação de constituição do Fundo e de realização da Primeira Emissão de Quotas do Fundo à aprovação da CVM, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM 391/03 para a obtenção de aprovação da CVM no tocante ao registro de funcionamento do Fundo e ao registro automático da Primeira Emissão de Quotas pelo Fundo.

2. Estando assim deliberado o presente instrumento de constituição, vai o presente assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2007.


Por: Ricardo Garcia Mattei
Cargo: Diretor



109306425-09-07

6º RTD Rua Buenos Aires, 96 - 4º Andar - Centro - RJ	
Tels.: (21) 2233-7878 / www.6rtid-rj.com.br	
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS A MARGEM DO QUE CERTIFICADO.	
<input type="checkbox"/>	Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficial
<input type="checkbox"/>	Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto CTPS nº 26.122/024-RJ
<input checked="" type="checkbox"/>	Marco André de A.S. Santos - 2º Substituto CTPS nº 25276/015-RN
<input type="checkbox"/>	Cleia de Araujo Barreto - 3ª Substituta CTPS nº 7324128-001-RJ

SP - 106307-00001 - 1293247v3

-
- Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo, de 08 de novembro de 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1096566 12-11-07

BRASCAN ASSET MANAGEMENT INVESTIMENTOS LTDA.

CNPJ/MF n.º 07.885.392/0001-62

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
BROOKFIELD BRAZIL TIMBER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

1. Pelo presente instrumento particular, a Brascan Asset Management Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52, sala 1301, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.885.392/0001-62, na qualidade de instituição administradora ("Administrador") do **BROOKFIELD BRAZIL TIMBER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo"), constituído nos termos da Instrução da CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 391/03"), inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 09.110.175/0001-26, em razão da inexistência de qualquer quotista do Fundo nesta data, resolve:

- a. aprovar a nova versão do regulamento do Fundo ("Regulamento"), nos termos do documento anexo ao presente instrumento;
- b. ratificar a nomeação do Sr. Ricardo Garcia Mattel, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da cédula de identidade R.G. n.º 37844371, inscrito no CPF sob n.º 082.309.418-90, domiciliado na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Imperatriz Leopoldina, n.º 110-C-14, para ser o diretor do Administrador responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo;
- c. ratificar que o Administrador irá assumir as funções de administração e gestão do Fundo;
- d. ratificar a contratação das seguintes instituições como prestadores de serviços do Fundo: (i) Banco Brascan S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52, 30º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.923.111/0001-29, para ser responsável pela distribuição pública das quotas da primeira emissão do Fundo ("Primeira Emissão"); (ii) Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1.111, 2º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.868.597/0001-40, para ser responsável pela prestação de serviços de controladoria, custódia dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo e escrituração das quotas do Fundo; e (iii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de



1

São Paulo, na Rua José Guerra, n.º 127, Chácara Santo Antônio, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 49.928.567/0001-11, para ser responsável pela prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo;

- e. Ratificar a aprovação da Primeira Emissão de quotas do Fundo de até 100 (cem) quotas classe A ("Quotas Classe A") e de até 700.000 (setecentas mil) quotas classe B ("Quotas Classe B") (Quotas Classe A e Quotas Classe B doravante referidas em conjunto como "Quotas"), que corresponderão a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo. O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão corresponderá ao valor total em reais equivalente a U\$ 1.000,00 (um mil dólares dos Estados Unidos), calculado com base na Taxa de Câmbio (como definido no Regulamento) vigente no segundo Dia Útil (como definido no Regulamento) anterior à data em que o anúncio de início da oferta da Primeira Emissão for publicado (sendo o preço de emissão de cada Quota representativa do Patrimônio Inicial designado "Preço de Emissão"), totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até o valor total resultante da multiplicação do número de Quotas da Primeira Emissão pelo Preço de Emissão. O Patrimônio Autorizado (como definido no Regulamento) do Fundo corresponderá a R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). As Quotas terão os direitos e características definidos no Regulamento ora aprovado e que segue anexo ao presente instrumento. A Primeira Emissão será objeto de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 391/03 e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, e serão inicialmente admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP; e
- f. Submeter a presente deliberação de constituição do Fundo e de realização da Primeira Emissão de Quotas do Fundo à aprovação da CVM, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM 391/03 para a obtenção de aprovação da CVM no tocante ao registro automático de funcionamento do Fundo e ao registro automático da Primeira Emissão de Quotas pelo Fundo.

2. Estando assim deliberado o presente instrumento de alteração do Regulamento do Fundo, vai o presente assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2007.

[Assinatura]
BRASCAN ASSET MANAGEMENT INVESTIMENTOS LTDA
Por: Ricardo Garcia Mattei

109656612-11-07
AVERBADO ao registro n.º 1093064 do livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos - RJ
Dou fé.
RJ, 10/11/07
Oficial [Assinatura]

6º RTD Rua B. Gonçalves, 141 - Centro - RJ
Tels.: (21) 2232-7878 / www.6rt.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O N.º E DATA DECLARADOS A MARGEM, O QUE CERTIFICA:
☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala
☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto
CTPS nº 26.122/024 - RJ
☒ Marco André de A.S. Santos - 2º Substituto
CTPS nº 25276/015 - RN
☐ Cleia de Araujo Barreto - 3º Substituta
CTPS nº 7324128-001 - RJ

6º Ofício
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
SELO DE PROTEÇÃO
REGISTRADO
XEN
RLD79798
2

1096566 12-11-07

6ºRTD-RJ - 1096566
Emot:200,70;Distrib:10,30;Lei:111/06:10,6
Mútua/ACOTERJ:7,82 / FETJ:42,20
Lei 4.664/06:10,65 / Tot.Emot.: 262,12
PARAM:Vias:1 / Nome(s):1 / Page:43
Proc.Estr: N / Averb:8 / Dila:.



Brascan
ASSET MANAGEMENT
INVESTIMENTOS LTDA.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2007

Ao

6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro

Ref.: Registro do Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Brookfield Brazil Timber Fundo de Investimento em Participações – Registro 1093064

Prezados Senhores,

Brascan Asset Management Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de fundos de investimento e gestão de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52, sala 1301, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.885.392/0001-62, na qualidade de instituição administradora do **Brookfield Brazil Timber Fundo de Investimento em Participações**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 09.110.175/0001-26, neste ato representado por seu diretor Sr. Ricardo Garcia Mattel, brasileiro, divorciado, portador da cédula de Identidade R.G. n.º 37844371, inscrito no CPF sob n.º 082.309.418-90 vem, respeitosamente, por meio desta, apresentar a V.Sa. nova versão do "Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Brookfield Brazil Timber Fundo de Investimento em Participações" (anexo) a ser averbado no registro n.º 1093064, de 25 de setembro de 2007, em substituição ao documento registrado sob n.º 1096423, em 08 de novembro de 2007, em razão do último conter erros de formatação.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

BRASCAN ASSET MANAGEMENT INVESTIMENTOS LTDA

Por: Ricardo Garcia Mattel

Cargo: Diretor



SP - 106307-00001 - 1483986v1

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo, de 13 de novembro de 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1096859 14-11-07

6ºRTD-RJ - 1096859
Emol:196,14/Distrib:10,30/Let:11106:10,2
Módulo/ACOTERJ:7,92 / FETJ:41,09
Lei 4.664/06:10,27 / Tot.Emol.: 274,89
PARÂM:Vies:4 / Nome(s):1 / Page:41
Proc.Estr: N / Averb:9 / Oito.

BRASCAN ASSET MANAGEMENT INVESTIMENTOS LTDA.

CNPJ/MF n.º 07.885.392/0001-62



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
BROOKFIELD BRAZIL TIMBER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

1. Pelo presente instrumento particular, a Brascan Asset Management Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52, sala 1301, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.885.392/0001-62, na qualidade de instituição administradora ("Administrador") do **BROOKFIELD BRAZIL TIMBER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo"), constituído nos termos da Instrução da CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 391/03"), inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 09.110.175/0001-26, em razão da inexistência de qualquer quotista do Fundo nesta data, resolve:

- a. aprovar a nova versão do regulamento do Fundo ("Regulamento"), nos termos do documento anexo ao presente instrumento;
- b. ratificar a nomeação do Sr. Ricardo Garcia Mattei, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n.º 37844371, inscrito no CPF sob n.º 082.309.418-90, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Imperatriz Leopoldina, n.º 110-C-14, para ser o diretor do Administrador responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo;
- c. ratificar que o Administrador irá assumir as funções de administração e gestão do Fundo;
- d. ratificar a contratação das seguintes instituições como prestadores de serviços do Fundo: (i) Banco Brascan S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52, 30º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.923.111/0001-29, para ser responsável pela distribuição pública das quotas da primeira emissão do Fundo ("Primeira Emissão"); (ii) Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1.111, 2º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.868.597/0001-40, para ser responsável pela prestação de serviços de controladoria, custódia dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo e escrituração das quotas do Fundo; e (iii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Guerra, n.º 127, Chácara Santo Antônio, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 49.928.567/0001-11, para ser responsável pela prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo;
- e. Ratificar a aprovação da Primeira Emissão de quotas do Fundo de até 100 (cem) quotas classe A ("Quotas Classe A") e de até 700.000 (setecentas mil) quotas classe B ("Quotas

Classe B") (Quotas Classe A e Quotas Classe B doravante referidas em conjunto como "Quotas"), que corresponderão a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo. O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão corresponderá ao valor total em reais equivalente a U\$ 1.000,00 (um mil dólares dos Estados Unidos), calculado com base na Taxa de Câmbio (como definido no Regulamento) vigente no segundo Dia Útil (como definido no Regulamento) anterior à data em que o anúncio de início da oferta da Primeira Emissão for publicado (sendo o preço de emissão de cada Quota representativa do Patrimônio Inicial designado "Preço de Emissão"), totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até o valor total resultante da multiplicação do número de Quotas da Primeira Emissão pelo Preço de Emissão. O Patrimônio Autorizado (como definido no Regulamento) do Fundo corresponderá a R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). As Quotas terão os direitos e características definidos no Regulamento ora aprovado e que segue anexo ao presente instrumento. A Primeira Emissão será objeto de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 391/03 e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, e serão inicialmente admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP; e

- f. Submeter a presente deliberação de constituição do Fundo e de realização da Primeira Emissão de Quotas do Fundo à aprovação da CVM, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM 391/03 para a obtenção de aprovação da CVM no tocante ao registro automático de funcionamento do Fundo e ao registro automático da Primeira Emissão de Quotas pelo Fundo.

2. Estando assim deliberado o presente instrumento de alteração do Regulamento do Fundo, o presente assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2007

[Assinatura]

BRASCAN ASSET MANAGEMENT INVESTIMENTOS LTDA.

Por: Ricardo Garcia Mattei

Cargo: Diretor

Regulamento do Fundo nº 109.3064 do Livro protocolo feito neste 6.º Office de Registro de Títulos e Documentos - RJ
Dou fé.
RJ, 14/11/07
Oficial

1096859 14-11-07

6º RTD Rua Buenos Aires, 56-4º Andar - Centro - RJ
Tels.: (21) 2233-7878 / www.6rd.com.br
REGISTRADO EM NIDORILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS A MARCEN, O QUE CERTIFICA:
☒ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficial
CTPS nº 28.122/024 - RJ
☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto
CTPS nº 25276/015 - RN
☐ Marco André de A. S. Santos - 2º Substituto
CTPS nº 7324128-981 - RJ

6º OFICIAL
REGISTRO
TÍTULOS
DOCUMENTOS
www.6rd.com.br

RLD80189

24: OFFÍCIO DE NOTAS
Av. Alameda Barroso, 179-C Tel: 532-0424
Rio de Janeiro-RJ
RECONHECIDO por SEMELHANÇA a(s) tiras(s) de
Selo nº 14201438
100304001-RICARDO GARCIA MATTEI.....
119-ANONCE DE VENDITA DE ANDRADE
Reconhecido de (nº) 4/31

-
- Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo, de 05 de dezembro de 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1098771 10-12-07

BRASCAN ASSET MANAGEMENT INVESTIMENTOS LTDA.
CNPJ/MF n.º 07.885.392/0001-62

6ºRTD-RJ - 1098771
Emol:339.00/Distrib:10.90/Let:11/08:17,1
Módulo/ACOTERJ:7,82 / FETJ:66,66
Lei 4.854/05:17,16 / Tot.Emol.: 454,10
PARÂM:Vas:5 / Nome(s):1 / Págs:42
Proc.Estr: N / Averb:5 / Dila:



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
BROOKFIELD BRAZIL TIMBER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

1. Pelo presente instrumento particular, a Brascan Asset Management Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52, sala 1301, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.885.392/0001-62, na qualidade de instituição administradora ("Administrador") do **BROOKFIELD BRAZIL TIMBER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo"), constituído nos termos da Instrução da CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 391/03"), inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 09.110.175/0001-26, em razão da inexistência de qualquer quotista do Fundo nesta data, resolve:

- a. aprovar a nova versão do regulamento do Fundo ("Regulamento"), nos termos do documento anexo ao presente instrumento;
- b. ratificar a nomeação do Sr. Ricardo Garcia Mattei, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n.º 37844371, inscrito no CPF sob n.º 082.309.418-90, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Imperatriz Leopoldina, n.º 110-C-14, para ser o diretor do Administrador responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo;
- c. ratificar que o Administrador irá assumir as funções de administração e gestão do Fundo;
- d. ratificar a contratação das seguintes instituições como prestadores de serviços do Fundo:
(i) Banco Brascan S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52, 30º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.923.111/0001-29, para ser responsável pela distribuição pública das quotas da primeira emissão do Fundo ("Primeira Emissão"); (ii) Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1.111, 2º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.868.597/0001-40, para ser responsável pela prestação de serviços de controladoria, custódia dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo e escrituração das quotas do Fundo; e (iii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Guerra, n.º 127, Chácara Santo Antônio, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 49.928.567/0001-11, para ser responsável pela prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo;
- e. ratificar a realização da Primeira Emissão do Fundo e retificar as condições da mesma, de forma que a Primeira Emissão passará a ser composta por até 100.000 (cem mil)


1098771 10-12-07

quotas classe A ("Quotas Classe A") e até 700.000.000 (setecentos milhões) de quotas classe B ("Quotas Classe B") (Quotas Classe A e Quotas Classe B doravante referidas em conjunto como "Quotas"), que corresponderão a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo. O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão corresponderá a R\$ 1,00 (um real) ("Preço de Emissão"), totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até R\$ 700.100.000,00 (setecentos milhões e cem mil reais). O patrimônio autorizado do Fundo corresponderá a R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). As Quotas terão os direitos e as características definidos no Regulamento ora aprovado e que segue anexo ao presente instrumento. A Primeira Emissão será objeto de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 391/03 e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, e serão inicialmente admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP; e

- f. Submeter a presente deliberação de constituição do Fundo e de realização da Primeira Emissão de Quotas do Fundo à aprovação da CVM, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM 391/03 para a obtenção de aprovação da CVM no tocante ao registro automático de funcionamento do Fundo e ao registro automático da Primeira Emissão de Quotas pelo Fundo.

2. Estando assim deliberado o presente instrumento de alteração do Regulamento do Fundo, vai o presente assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2007.


BRASCAN ASSET MANAGEMENT INVESTIMENTOS LTDA.

Por: Ricardo Garcia Mattei

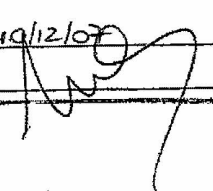
Cargo: Diretor

6º RTD/Rua Buenos Aires, 56 - 4º Andar - Centro - RJ
Tels.: (21) 2233-7878 / www.6to4.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS
A MARGEM, O QUE CENIFICO.

☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala
☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto
CTPS nº 26.122/024 - RJ
☒ Marco André de A. S. Santos - 2º Substituto
CTPS nº 25276/015 - RN
☐ Cleia de Araujo Barreto - 3º Substituta
CTPS nº 7324128-001 - RJ



AVERBADO ao registro n.º 1.096.859 do
livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro
de Títulos e Documentos - RJ
Dou fé.

RJ, 10/12/07
Oficial 

-
- Cópia do Instrumento de Alteração do Regulamento do Fundo, de 31 de janeiro de 2008

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

110294611-02-08

BRASCAN ASSET MANAGEMENT INVESTIMENTOS LTDA.

CNPJ/MF n.º 07.885.392/0001-62

6ºRTD-RJ - 1102946
 Emol: 228,88 / Distrib: 10,75 / Lei 111/06: 11,9
 Mutua/ACOTERJ: 8,16 / FETJ: 47,82
 Lei 4.664/06: 11,97 / Tot. Emol: 319,82
 PARAM: Vass: 0 / Nomeis: 1 / Págs: 41
 Proc. Estr: N / Averb: S / Dila: :



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
 BROOKFIELD BRAZIL TIMBER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

1. Pelo presente instrumento particular, a Brascan Asset Management Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52, sala 1301, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.885.392/0001-62, na qualidade de instituição administradora ("Administrador") do **BROOKFIELD BRAZIL TIMBER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo"), constituído nos termos da Instrução da CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 391/03"), inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 09.110.175/0001-26, em razão da inexistência de qualquer quotista do Fundo nesta data, resolve:

- a. alterar o regulamento do Fundo ("Regulamento") em atendimento às exigências formuladas pela CVM por meio do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-3/Nº152/2008, de 24 de janeiro de 2008 ("Ofício"), que passará a vigor nos termos do documento anexo ao presente instrumento; e
- b. submeter a presente deliberação de alteração do Regulamento à aprovação da CVM, bem como os demais documentos que se demonstrem necessários para o cumprimento das exigências apresentadas no Ofício.

2. Estando assim deliberado o presente instrumento de alteração do Regulamento do Fundo, vai o presente assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2008.



[Handwritten signature of Ricardo Garcia Mattei]

BRASCAN ASSET MANAGEMENT INVESTIMENTOS LTDA.

Por: Ricardo Garcia Mattei

Cargo: Diretor

AVERBADO ao registro n.º 1093.064 do livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos - RJ. Dou fé.

RJ, 11/02/08

Oficial [Assinatura]

6º RTD Rua Buenos Aires, 56 - 4º Andar - Centro - RJ
 Tels.: (21) 2233-7878 / www.6rtd.com.br
 REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS A MARCEN O QUE CERTIFICO.

☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala

☒ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto
 CTPS nº 26.122/024 - RJ

☐ Marco André de A.S. Santos - 2º Substituto
 CTPS nº 25276/016 - RN

☐ Cleia de Araujo Barreto - 3ª Substituta
 CTPS nº 7324128-001 - RJ

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

110294611-02-08

**REGULAMENTO DO BROOKFIELD BRAZIL TIMBER
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2008

1



110294611-02-08

ÍNDICE

Seção 1 - Das definições	3
Seção 2 - Denominação, Forma e Prazo de Duração do Fundo.....	9
Seção 3- Público Alvo e Regras de Investimento Inicial e Manutenção de Investimentos no Fundo	9
Seção 4 - Política de Investimento e Objetivo do Fundo.....	9
Seção 5 - Assembléia Geral de Quotistas, suas Responsabilidades e Atribuições	11
Seção 6 - Formação e Composição da Carteira de Investimentos do Fundo e outras Regras Aplicáveis aos Investimentos do Fundo	15
Seção 7 - Critérios de Avaliação da Carteira de Investimentos do Fundo	19
Seção 8 - Período de Investimento para a Formação da Carteira do Fundo.....	20
Seção 9 - Conclusão do Período de Investimento	22
Seção 10 - Distribuições.....	22
Seção 11 - Procedimentos para Liquidar os Investimentos em Valores Mobiliários e dissolver o Fundo	22
Seção 12 - Composição do Patrimônio do Fundo e Emissões de Quotas	24
Seção 13 - Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas.....	25
Seção 14 - Conflito de Interesse	30
Seção 15 - Prestadores de Serviços do Fundo.....	31
Seção 16 – Remuneração do Administrador	35
Seção 17 - Divulgação de Informações sobre o Fundo.....	36
Seção 18 - Encargos do Fundo	37
Seção 19 - Demonstrações Contábeis	39
Seção 20 - Solução de Conflitos	39
Seção 21 - Disposições Gerais.....	40

Seção 1

Das definições

1.1. – Para fins do disposto no presente Regulamento, as expressões iniciadas em letra maiúscula terão os seguintes significados:

Administrador	Brascan Asset Management Investimentos Ltda.
Afiliada	Qualquer pessoa (inclusive qualquer pessoa física, sociedade em nome coletivo (<i>general partnership</i>), sociedade em comandita (<i>limited partnership</i>), sociedade limitada (<i>limited liability company</i>), sociedade sem responsabilidade limitada (<i>unlimited liability company</i>), sociedade anônima, empreendimento conjunto (<i>joint venture</i>), <i>trust</i> , <i>trust</i> comercial (<i>business trust</i>), <i>trust</i> legal (<i>statutory trust</i>), cooperativa, associação ou qualquer outra pessoa jurídica) que outra pessoa, direta ou indiretamente Controle, seja por ela Controlada ou esteja sob Controle comum
Agente de Avaliação	Terceiro que seja avaliador independente de renome internacional com experiência na avaliação de ativos similares aos Valores Mobiliários para clientes institucionais
Assembléia Geral de Quotistas	Assembléias em que os Quotistas poderão deliberar e solucionar questões relativas ao Fundo de acordo com o disposto neste Regulamento
Auditor Independente	O auditor independente nomeado pelo Administrador de acordo com a Cláusula 15.4
Câmara	Câmara de Arbitragem do Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA
Capital Comprometido	O valor total em moeda corrente nacional, que um Quotista comprometeu-se a pagar ao Fundo em decorrência da subscrição de Quotas, nos termos do Compromisso de Investimento. O Capital Comprometido total de cada Quotista equivale ao Preço de Integralização das Quotas subscritas nos termos do respectivo Compromisso de Investimento, conforme corrigido de acordo com o disposto no presente Regulamento
Carteira	A carteira de investimento do Fundo, que será composta por Valores



110294611-02-08

	Mobiliários, Outros Ativos e moeda corrente nacional
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP
Chamada de Capital	Notificação efetuada pelo Administrador a todos os Quotistas solicitando aportes de capital ao Fundo por meio da integralização parcial ou total das Quotas subscritas por cada um dos Quotistas, nos termos dos Compromissos de Investimento
Companhia(s) Investida(s)	Sociedade(s) por ações constituída(s) e existente(s) de acordo com a lei brasileira na(s) qual(is) o Fundo invista
Compromisso de Investimento	Contrato firmado por cada Quotista e aceito pelo Fundo com relação à subscrição de Quotas. Após assinado e aceito, deverá ser considerado parte integrante deste Regulamento
Conflito de Interesse	Qualquer evento que configure conflito de interesse de acordo com o critério do Administrador
Controle	O poder, direto ou indireto, de dirigir ou determinar a direção da administração e das políticas a serem adotadas por uma pessoa, quer por meio da titularidade de valores mobiliários com direito a voto, por força de contrato ou por outro título qualquer, de qualquer natureza
Custodiante	Instituição financeira nomeada pelo Administrador para ser responsável pela custódia dos Valores Mobiliários, dos Outros Ativos e da moeda corrente nacional integrantes da Carteira do Fundo
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão	Data final para a subscrição integral das Quotas representativas do Patrimônio Inicial, que ocorrerá no 180º dia contado da Data de Registro
Data de Registro	Data de registro do Fundo na CVM, a qual será a mesma que a data de registro da Primeira Emissão perante a CVM
Dia Útil	Qualquer dia útil na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio Janeiro, Brasil

1102946 11-02-08

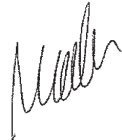
Empréstimos	Empréstimos concedidos ao Fundo de acordo com a Instrução da CVM 406/2004 e a lei e regulamentação da CVM aplicáveis, conforme alteradas de tempos em tempos
Fundo	Brookfield Brazil Timber Fundo de Investimento em Participações
GAAP Brasileiro	Princípios gerais de contabilidade aceitos no Brasil
IGPM	Índice Geral de Preços – Mercado – IGPM, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV
Instrução CVM n.º 391/03	Instrução CVM n.º 391, datada de 16 de julho de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 406/04	Instrução CVM n.º 406, datada de 27 de abril de 2004, conforme alterada
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução CVM n.º 409, datada de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
Investimentos Subseqüentes	Qualquer investimento adicional realizado pelo Fundo em qualquer Companhia Investida ou em qualquer de suas subsidiárias nas quais o Fundo tenha realizado investimento
Novas Quotas	Quotas emitidas pelo Fundo após a Primeira Emissão
Outros Ativos	Ativos de renda fixa, incluindo, sem limitação, títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil, quotas de emissão de fundos de investimento renda fixa, quotas de emissão de fundos de investimento referenciados em Depósitos Interfinanceiros regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, bem como títulos públicos federais e certificados de depósito bancário de emissão de instituições financeiras
Pagamento de Equalização	Pagamento a ser efetuado por cada um dos Quotistas Subseqüentes em valor equivalente à parcela do Capital Comprometido do Quotista Subseqüente, que teria sido integralizada caso o Compromisso de Investimento de referido Quotista Subseqüente tivesse sido celebrado no âmbito da Primeira Emissão
Patrimônio Autorizado	O valor em moeda corrente nacional até o qual o Administrador está



110294611-02-08

autorizado a emitir Novas Quotas, independentemente de autorização da Assembléia Geral de Quotistas

Patrimônio Inicial	O patrimônio inicial do Fundo representado por Quotas da Primeira Emissão
Período de Investimento	Período no qual o Fundo poderá realizar investimentos em Valores Mobiliários
Preço de Emissão	O preço inicial unitário da Quota no âmbito da Primeira Emissão, que será equivalente a R\$ 1,00 (hum real)
Preço de Integralização	O Preço de Integralização da Quota e o Preço de Integralização da Nova Quota quando referidos em conjunto neste Regulamento
Preço de Integralização das Novas Quotas	O preço de integralização de cada Nova Quota, calculada de acordo com o disposto na Cláusula 13.5.1. Todas as Novas Quotas pertencentes à mesma emissão deverão ter o mesmo Preço de Integralização das Novas Quotas
Preço de Integralização das Quotas	O preço de integralização de cada Quota da Primeira Emissão, calculada de acordo com o disposto na Cláusula 13.5.1. Todas as Quotas da Primeira Emissão deverão ter o mesmo Preço de Integralização das Quotas
Primeira Emissão	A primeira emissão de Quotas do Fundo, equivalente a até 100.000 (cem mil) Quotas Classe A e até 700.000.000 (setecentos milhões) de Quotas Classe B
Prospecto	O prospecto do Fundo, conforme alterado, revisado e complementado de tempos em tempos
Quotas	Quotas Classe A e as Quotas Classe B, bem como quaisquer outras classes de Quotas de emissão do Fundo no futuro quando referidas em conjunto neste Regulamento
Quotas Classe A	Quotas de emissão do Fundo no âmbito da Primeira Emissão que serão subscritas e integralizadas pelo Administrador e/ou por suas Afiliadas, a exclusivo critério do Administrador, em quantidade que não deverá exceder 100.000 (cem mil)



1102946 11-02-08

Quotas Classe B	Quotas de emissão do Fundo no âmbito da Primeira Emissão, que não sejam as Quotas Classe A
Quota em Circulação	Quota emitida pelo Fundo e subscrita por um Quotista, com exceção das Quotas que tiverem sido canceladas ou resgatadas pelo Administrador em conformidade com os termos e condições previstos neste Regulamento
Quotista Subseqüente	Quotista que subscreve quaisquer Novas Quotas de qualquer emissão após a emissão das Quotas da Primeira Emissão (incluindo, todos e quaisquer Quotistas que subscreverem Quotas da Primeira Emissão, com relação às Novas Quotas subscritas pelos mesmos)
Quotistas	Investidores que adquirirem Quotas de emissão do Fundo
Regulamento	Este Regulamento, conforme alterado, revisado e complementado de tempos em tempos
Regulamento da Câmara	Conjunto de regras que regem a atuação da Câmara
Resolução n.º 2.689/00	Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689, datada de 26 de janeiro de 2000
Taxa Base	A Taxa de Câmbio vigente em 4 de dezembro de 2007, arredondada para duas casas decimais após a vírgula, sendo referida taxa equivalente a 1,82
Taxa de Administração	Remuneração a que o Administrador fará jus em contraprestação à administração do Fundo, que será calculada, provisionada e paga de acordo com o disposto na Seção 16 deste Regulamento
Taxa de Câmbio	A taxa de compra vigente ao meio dia divulgada e certificada pelo <i>Federal Reserve Bank</i> de Nova York, para cálculo da conversão de valores em dólares dos Estados Unidos em reais e da conversão de valores em reais em dólares dos Estados Unidos (cotada em reais por dólares dos Estados Unidos)
Valor do Patrimônio Líquido	O valor do patrimônio líquido do Fundo será equivalente a diferença entre o valor total dos Valores Mobiliários, dos Outros Ativos e da moeda corrente nacional do Fundo apurado de acordo com o disposto neste Regulamento e o valor total das exigibilidades não

110294611-02-08

levadas em consideração na apuração do valor de referidos Valores Mobiliários e Outros Ativos

Valores Mobiliários

Ações, debêntures, bônus de subscrição e demais valores mobiliários conversíveis em e/ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Investidas



110294611-02-08

Seção 2
Denominação, Forma e Prazo de Duração do Fundo

2.1. – O Brookfield Brazil Timber Fundo de Investimento em Participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pela legislação e regulamentação da CVM que lhe forem aplicáveis, de tempos em tempos, incluindo, mas não limitado, a Instrução CVM n.º 391/03 e a Instrução CVM n.º 409/04, conforme alteradas.

2.2. – O Fundo terá prazo de duração de 15 (quinze) anos contado da Data de Registro. Observado o disposto na Cláusula 13.6.5.2, referido prazo poderá ser prorrogado por um período ou períodos adicionais, mediante proposta do Administrador e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.7.3 deste Regulamento.

Seção 3
Público Alvo e Regras de Investimento Inicial e
Manutenção de Investimentos no Fundo

3.1. – As Quotas de emissão do Fundo serão destinadas e colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, residentes ou não no Brasil, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409/04.

3.1.1. – Os Quotistas da Primeira Emissão de Quotas serão necessariamente investidores não residentes, que realizem seus investimentos no Fundo por meio dos mecanismos de investimento da Resolução n.º 2.689/00.

3.2. – O investimento inicial mínimo no Fundo por cada Quotista corresponderá a uma subscrição de Quotas equivalente a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

3.3. – Nenhum Quotista poderá deter, direta ou indiretamente, por meio de partes relacionadas, Quotas do Fundo que representem um percentual equivalente ou superior a 40,0% (quarenta por cento) das Quotas e/ou do rendimento total auferido pelo Fundo ao longo de seu prazo de duração.

Seção 4
Política de Investimento e Objetivo do Fundo

4.1. – O objetivo do Fundo é investir em Companhias Investidas, nos termos da Cláusula 4.2. abaixo, cujo objeto social seja adquirir, desenvolver, administrar e explorar ativos de madeira de pinus e eucalipto no Brasil por meio de 3 (três) diferentes modalidades de investimento: (a) aquisição de propriedade de áreas reflorestadas; (b) desenvolvimento de



reflorestamento em áreas agricultáveis; e (c) aquisição de direitos ao corte de madeira. Os investimentos do Fundo estarão localizados, principalmente, nos Estados do Paraná e Santa Catarina, podendo também estar localizados em outros Estados brasileiros, exceto na região amazônica.

4.2. – A fim de atingir seu objetivo, o Fundo irá adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Investidas.

4.3. – A exclusivo critério do Administrador, o Fundo poderá obter recursos por meio de Empréstimos concedidos por (a) organismos multilaterais, agências de fomento e/ou bancos de desenvolvimento que sejam controlados e que recebam contribuições provenientes do orçamento de um ou mais governos e que a maioria das quotas, ações ou outro tipo de participação societária do mesmo seja de titularidade de um ou mais governos, ou (b) qualquer instituição financeira e/ou companhia e/ou outra pessoa jurídica que venha a ser autorizada nos termos da lei e da regulamentação da CVM aplicáveis, de tempos em tempos, desde que (i) o valor financiado não exceda o equivalente a 30% (trinta por cento) dos ativos que compõem a Carteira do Fundo e que (ii) os termos e condições dos mesmos estejam em conformidade com a lei e regulamentação da CVM aplicáveis (incluindo, para maior clareza, a Instrução da CVM n.º 406/04), inclusive, sem limitação, no que diz respeito ao limite de endividamento indicado em (i) acima.

4.4. – Sem prejuízo do disposto nesta Seção 4, os investimentos do Fundo em Valores Mobiliários deverão propiciar a participação do Fundo na administração das Companhias Investidas, com efetiva influência na definição das políticas estratégicas e de gestão das mesmas, inclusive, sem limitação, por meio da: (i) indicação, pelo Fundo, de membros do conselho de administração e da diretoria das Companhias Investidas; (ii) titularidade de ações que integrem o bloco de controle das Companhias Investidas; ou (iii) participação em acordos de acionistas e/ou acordos de investimento envolvendo as Companhias Investidas e/ou acordos de natureza diversa que assegurem a efetiva influência do Fundo sobre as políticas estratégicas e gestão das Companhias Investidas.

4.5. – Adicionalmente ao disposto acima, a fim de que o Fundo possa realizar e manter seus investimentos em Valores Mobiliários, cada Companhia Investida deverá observar as regras abaixo e manter as seguintes práticas de governança corporativa:

- (i) seu estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias, e, à época da realização de investimentos pelo Fundo em referida Companhia Investida, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Investida em circulação;



- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Investida deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a Companhia Investida deverá sempre manter todas as informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opção de compra de ações e outros Valores Mobiliários de sua emissão disponíveis, se houver;
- (iv) a Companhia Investida deverá aderir à uma câmara de arbitragem para resolver conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante registro de companhia aberta na CVM, a Companhia Investida deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os itens (i) a (iv) acima; e
- (vi) suas demonstrações contábeis deverão ser auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM.

Seção 5

Assembleia Geral de Quotistas, suas Responsabilidades e Atribuições

5.1. – Observado o disposto nas Cláusulas 5.2 (incluindo, para maior clareza, as Cláusulas 5.2.1 e 5.2.2) a 5.7 abaixo (incluindo, para maior clareza, as Cláusulas 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.3), competirá privativamente à Assembleia Geral de Quotistas deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por este Regulamento:

- (i) revisar, anualmente, as contas do Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar este Regulamento (sendo que as alterações dos itens descritos na Cláusula 5.7 - incluindo, para maior clareza, as Cláusulas 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.3 - exigirão o quorum de deliberação definido nas referidas cláusulas);
- (iii) aprovar aumentos da Taxa de Administração ou alterações na forma de pagamento da mesma;
- (iv) aprovar a destituição ou substituição do Administrador e eleição de seu substituto;



110294611-02-08

- (v) aprovar a emissão e distribuição de Novas Quotas em montante que exceda o Patrimônio Autorizado;
- (vi) aprovar qualquer prorrogação do Período de Investimento ou do prazo de duração do Fundo;
- (vii) aprovar a prorrogação do prazo de 60 (sessenta) dias mencionado na Cláusula 6.3(i) deste Regulamento;
- (viii) aprovar alterações do quorum de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas (sendo que as alterações dos itens descritos na Cláusula 5.7 - incluindo, para maior clareza, as Cláusulas 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.3 - exigirão, no mínimo, o mesmo quorum de deliberação definido nas referidas cláusulas);
- (ix) aprovar, quando for o caso, solicitações de informações relativas às Companhias Investidas apresentadas ao Administrador, conforme mencionado nas Cláusulas 15.2.2(vi) e 15.2.2(vii) deste Regulamento;
- (x) aprovar qualquer Conflito de Interesse, aprovando ou rejeitando operações que envolvam referido conflito, e/ou nomear terceiros para resolver tal Conflito de Interesses, conforme estipulado na Seção 14 deste Regulamento;
- (xi) aprovar a realização pelo Fundo de operações com certas pessoas físicas e/ou jurídicas conforme previsto na Cláusula 6.6 deste Regulamento e/ou adquirir Valores Mobiliários de Companhias Investidas nas quais certas pessoas físicas e/ou jurídicas detenham participação, conforme estabelecido na Cláusula 6.7 abaixo;
- (xii) aprovar a instalação, a composição, a organização e o funcionamento de comitês e conselhos do Fundo, conforme o caso;
- (xiii) aprovar o pagamento de despesas do Fundo não previstas na Cláusula 18.1. abaixo;
- (xiv) aprovar a substituição da Taxa de Câmbio utilizada para fins de cálculo do Preço de Integralização;
- (xv) aprovar a fusão, a incorporação ou a cisão do Fundo;
- (xvi) aprovar a liquidação ou a dissolução do Fundo anteriormente ao término do prazo indicado na Cláusula 2.2 deste Regulamento;



110294611-02-08

- (xvii) aprovar a transferência de Quotas Classe A, de acordo com o disposto na Cláusula 13.8.2 abaixo;
- (xviii) aprovar a nomeação do Auditor Independente, se necessário de acordo com o disposto na Cláusula 15.4.1 deste Regulamento;
- (xix) aprovar quaisquer alterações à política de investimento do Fundo indicada na Cláusula 4.1 deste Regulamento;
- (xx) observado o disposto na Cláusula 7.5, aprovar quaisquer alterações aos métodos de avaliação definidos nas Cláusulas 7.1 e 7.2 deste Regulamento; e
- (xxi) aprovar quaisquer alterações à Cláusula 19.2.1 (outras que não aquelas exigidas pela legislação e regulamentação da CVM aplicáveis, de tempos em tempos) para alterar os padrões de elaboração das demonstrações contábeis do *GAAP* Brasileiro para quaisquer outros princípios contábeis ou para modificar a exigência relativa à necessidade de obter a auditoria das demonstrações contábeis por Auditor Independente.

5.1.1. – Não obstante o disposto na Cláusula 5.1. acima, o presente Regulamento poderá ser alterado independentemente de realização de Assembléia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a uma exigência expressa da CVM, em consequência da legislação ou da regulamentação da CVM. A comunicação de referida alteração aos Quotistas deverá ser providenciada no prazo de 30 (trinta) dias.

5.2. – A Assembléia Geral de Quotistas será realizada na sede do Administrador (ou outro local no Brasil, conforme definido no edital de convocação) e convocada mediante envio de comunicação a cada um dos Quotistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de referida assembléia, devendo a comunicação conter a descrição dos assuntos a serem discutidos e votados.

5.2.1. – Independentemente da convocação prevista na Cláusula 5.2. acima, a Assembléia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas do Fundo será considerada válida.

5.2.2. – A Assembléia Geral de Quotistas deverá ser considerada igualmente válida se todos os Quotistas entregarem ao Administrador, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da realização de referida Assembléia Geral, uma declaração escrita declarando estar cientes do local, data, horário e ordem do dia da respectiva assembléia.

13



5.3. – A Assembléia Geral de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) da totalidade das Quotas emitidas pelo Fundo. Se os Quotistas que representem a maioria das Quotas detidas pelos Quotistas que comparecerem a uma assembléia convocada por Quotistas concordarem que não há motivo razoável para a realização de referida assembléia, a Assembléia Geral de Quotistas poderá decidir que o(s) Quotista(s) que a convocou(aram) arque(m) com todas as despesas incorridas pelo Fundo ou pelo Administrador, ou por ambos, para convocar ou realizar tal Assembléia Geral.

5.4. – Os Quotistas (i) que não estiverem registrados na conta de depósito como Quotistas do Fundo, no mínimo, 3 (três) dias antes da data estabelecida para uma Assembléia Geral de Quotistas; e/ou (ii) que estiverem inadimplentes com relação a realização de aportes de capital ao Fundo por meio da integralização das Quotas subscritas por eles, mediante recebimento de uma notificação de Chamada de Capital, em conformidade com os Compromissos de Investimento, na data da Assembléia Geral de Quotistas, não poderão votar.

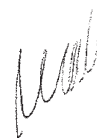
5.5. – As deliberações de uma Assembléia Geral de Quotistas somente serão consideradas válidas se os Quotistas que representem as classes e os percentuais de Quotistas exigidos para aprovar tais decisões, conforme estipulado neste Regulamento, estiverem presentes.

5.5.1. – Os Quotistas poderão comparecer às Assembléias Gerais de Quotistas pessoalmente, por meio de conferência telefônica ou por meio de vídeo conferência.

5.5.2. – Terão poderes para comparecer à Assembléia Geral de Quotistas os representantes legais ou procuradores legalmente constituídos pelos Quotistas.

5.6. – Durante uma Assembléia Geral de Quotistas, após a deliberação e resolução de todos os itens da ordem do dia, a ata de referida Assembléia Geral de Quotistas será lavrada pelo Administrador ou pelo secretário da assembléia e aprovada pelos Quotistas que comparecerem a tal assembléia. Por ocasião do encerramento da Assembléia Geral de Quotistas, todos os Quotistas presentes deverão assinar a respectiva ata, desde que esta esteja consistente com o objetivo do Fundo. Os Quotistas que tiverem comparecido por meio de conferência telefônica ou vídeo conferência deverão enviar ao Administrador a ata devidamente assinada por e-mail ou fac-símile, assim que viável e, posteriormente, deverão enviar a via original da mesma ao Administrador por correio comum ou serviço de courier.

5.7. – Ressalvadas as matérias indicadas nas Cláusulas 5.7.1, 5.7.2, e 5.7.3 abaixo, as deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas deverão ser aprovadas por Quotistas que representem a maioria das Quotas, excetuadas as Quotas Classe A.



5.7.1. – As deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas com relação às matérias indicadas nos itens (iv), (v), (viii), (ix), (xv) e (xvi) da Cláusula 5.1. acima exigirão a aprovação dos Quotistas que representem 90% (noventa por cento) da totalidade das Quotas, excetuadas as Quotas Classe A.

5.7.2. – As deliberações da Assembleia Geral de Quotistas com relação às matérias indicadas nos itens (ii), (xii) e (xiv) da Cláusula 5.1 acima exigirão a aprovação (a) dos Quotistas titulares da totalidade das Quotas Classe A e (b) dos Quotistas titulares das demais classes de Quotas existentes que, em conjunto, representem a maioria das demais classes existentes.

5.7.3. – As deliberações da Assembleia Geral de Quotistas com relação às matérias indicadas nos itens (vi), (xix), (xx) e (xxi) da Cláusula 5.1 acima exigirão a aprovação dos Quotistas titulares da totalidade das Quotas Classe A e dos Quotistas que representem 80% (oitenta por cento) das Quotas das demais classes existentes.

5.7.4. – As Quotas detidas por Quotistas que se encontrem em uma das situações descritas na Cláusula 5.4 deste Regulamento não serão contabilizadas para fins de se computar os quoruns para aprovação exigidos nas Cláusulas 5.7, 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.3 acima, de forma que qualquer referência à "Quotistas" em referidas Cláusulas deverá significar os outros Quotistas que não sejam os Quotistas que detêm Quotas nas circunstâncias descritas na Cláusula 5.4, e qualquer percentual de Quotas deverá ser outro percentual de Quotas que não de Quotas detidas por Quotistas nas circunstâncias descritas na Cláusula 5.4.

5.8. – Os Quotistas realizarão uma Assembleia Geral de Quotistas ao menos uma vez a cada ano, antes de 30 de junho, para deliberar sobre a matéria indicada no item (i) da Cláusula 5.1, bem como sobre qualquer outra matéria indicada pelo Administrador.

Seção 6

Formação e Composição da Carteira de Investimentos do Fundo e outras Regras Aplicáveis aos Investimentos do Fundo

6.1. – Os investimentos do Fundo em Valores Mobiliários serão selecionados pelo Administrador e serão realizados com estrita observância aos termos e condições deste Regulamento (incluindo, mas não limitado a, o objetivo e política de investimento do Fundo) e poderão ser realizadas por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo em Outros Ativos serão realizados por meio de negociações em bolsa de valores, mercado de balcão ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.



110294611-02-08

6.2. – Desde que as disposições constantes da Cláusula 6.3 abaixo sejam observadas, a Carteira do Fundo será composta por:

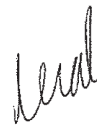
- (i) Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas;
- (ii) Outros Ativos; e
- (iii) moeda corrente nacional.

6.2.1. – O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Seção 4 e na Cláusula 6.1. acima, não existirão quaisquer outros critérios com relação aos Valores Mobiliários e os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo.

6.2.1.1. – O disposto na Cláusula 6.2.1. acima poderá representar risco de concentração de investimentos realizados pelo Fundo em Valores Mobiliários ilíquidos e/ou Outros Ativos de um único emissor o que poderá representar perdas para o Fundo e para seus Quotistas, particularmente, se os resultados do Fundo dependerem dos resultados alcançados por uma única Companhia Investida.

6.3. – Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo, a saber, o investimento em Valores Mobiliários, serão observados os seguintes procedimentos na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo:

- (i) sem prejuízo do disposto nos itens (iv) e (v) abaixo, os recursos que venham a ser aportados ao Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital, deverão ser utilizados para (i) a aquisição de Valores Mobiliários dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a data em que a primeira integralização de Quotas seja efetuada no âmbito de cada Chamada de Capital; ou (ii) o pagamento de despesas e demais encargos programados do Fundo;
- (ii) até que os investimentos nos Valores Mobiliários sejam realizados pelo Fundo, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo por meio da integralização de Quotas, deverão ser prontamente aplicados em Outros Ativos, conforme determinação do Administrador, a seu exclusivo critério;
- (iii) nos períodos compreendidos entre o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações decorrentes dos investimentos realizados pelo Fundo em Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, tais recursos deverão ser mantidos aplicados



em Outros Ativos, conforme determinação do Administrador, a seu exclusivo critério;

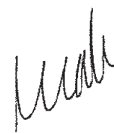
- (iv) ao longo do prazo de duração do Fundo, o Administrador manterá parcela correspondente a, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) dos ativos do Fundo aplicados exclusivamente em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição de emissão de Companhias Investidas, sendo o saldo de, no máximo, 33% (trinta e três por cento) dos ativos do Fundo aplicado em Outros Ativos; e
- (v) no máximo 5% (cinco por cento) dos ativos do Fundo serão investidos em Outros Ativos que não sejam debêntures conversíveis, bônus de subscrição e obrigações ou notas de emissão do Governo Federal.

6.3.1. – Caso o Fundo deixe de investir em Valores Mobiliários dentro do prazo previsto no item (i) da Cláusula 6.3 acima, por qualquer motivo (e tal prazo não tenha sido prorrogado por deliberação dos Quotistas), o Administrador devolverá aos Quotistas os valores correspondentes aos aportes de capital realizados pelos mesmos para a integralização de suas Quotas, inclusive quaisquer juros auferidos, a menos que a Assembléia Geral de Quotistas delibere o contrário, hipótese em que será convocada uma Assembléia Geral de Quotistas em conformidade com os termos e condições constantes da Seção 5 acima para efetuar tal determinação. Qualquer montante distribuído aos Quotistas nos termos desta Cláusula ficará sujeito a reinvestimento de acordo com a Cláusula 8.2 abaixo.

6.4. – Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas para o Fundo, em benefício do Fundo, em razão de seus investimentos nos Valores Mobiliários e em Outros Ativos, serão incorporados à Carteira do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização e/ou resgate aos Quotistas e/ou da Taxa de Administração e/ou para pagamento dos demais encargos do Fundo.

6.5. – O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial. Quando e se permitido nos termos da lei e da regulamentação da CVM aplicável, o Fundo poderá operar no mercado de derivativos para qualquer fim (quer ou não de hedge), mediante aprovação dos Quotistas titulares de Quotas Classe A e dos Quotistas que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das demais classes de Quotas existentes.

6.6. – Qualquer proposta de operação entre o Fundo e as pessoas físicas e jurídicas indicadas nos subitens (i) e (ii) abaixo deverá ser submetida à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas:



- (i) as seguintes pessoas físicas ou jurídicas que, isoladamente ou em conjunto, detenham mais de 10% (dez por cento) do capital votante de uma Companhia Investida ou da totalidade de seu capital social: (a) o Administrador; (b) qualquer pessoa jurídica autorizada pela CVM a administrar a Carteira do Fundo, conforme nomeada pelo Administrador nos termos da Cláusula 15.2.2.(xxiv) abaixo; (c) os membros dos comitês e conselhos do Fundo (se houver); (d) os Quotistas que detenham 5% (cinco por cento) ou mais das Quotas do Fundo, os detentores de participação societária nesses Quotistas e seus respectivos cônjuges; e/ou
- (ii) outros fundos de investimento e/ou carteiras de valores mobiliários geridos pelo Administrador.

6.7. – Exceto com a aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, ao Fundo será vedado adquirir Valores Mobiliários de emissão de qualquer Companhia Investida na qual:

- (i) as seguintes pessoas físicas ou jurídicas que, isoladamente ou em conjunto, detenham mais de 10% (dez por cento) do capital votante de uma Companhia Investida ou da totalidade de seu capital social: (a) o Administrador; (b) qualquer pessoa jurídica autorizada pela CVM a administrar a Carteira do Fundo, conforme nomeada pelo Administrador nos termos da Cláusula 15.2.2.(xxiv) abaixo; (c) os membros dos comitês e conselhos do Fundo (se houver); (d) os Quotistas que detenham 5% (cinco por cento) ou mais das Quotas do Fundo, os detentores de participação societária nesses Quotistas e seus respectivos cônjuges; e/ou
- (ii) qualquer das pessoas físicas ou jurídicas mencionadas no item (i) acima:
 - a. estejam direta ou indiretamente envolvidas na estruturação financeira da emissão de Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na função de agente de colocação, distribuidor ou garantidor da emissão; ou
 - b. sejam membros do conselho de administração, conselho consultivo ou conselho fiscal da Companhia Investida emissora de Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento, pelo Fundo, na respectiva Companhia Investida.



Seção 7
CrITÉrios de Avaliação da Carteira de Investimentos do Fundo

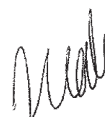
7.1. – O valor de cada Valor Mobiliário significa:

- (i) se negociado em 1 (uma) ou mais bolsas de valores, o valor a ser considerado será o preço de fechamento médio de tal Valor Mobiliário na respectiva(s) bolsa(s) durante o período de 10 (dez) dias de negociação que deverá ser encerrado no quinto dia de negociação após a data estabelecida como base para a avaliação;
- (ii) se ativamente negociado em mercado de balcão, o valor a ser considerado será a média do preço de fechamento de tal Valor Mobiliário durante o período de 10 (dez) dias de negociação que deverá ser encerrado no quinto dia de negociação após a data estabelecida como base para a avaliação; ou
- (iii) caso não haja nenhum mercado público ativo, o Administrador fará com que tal Valor Mobiliário seja avaliado de tempos em tempos, às expensas do Fundo, por Agente de Avaliação. O Administrador será responsável pela escolha do Agente de Avaliação que avaliará os Valores Mobiliários e por informar o Custodiante de referida escolha.

7.2. – A primeira avaliação mencionada na Cláusula 7.1.(iii) de cada Valor Mobiliário deverá ocorrer em até 12 (doze) meses contados da aquisição de cada Valor Mobiliário pelo Fundo, e, desde então, o Administrador deverá providenciar uma avaliação *desk-top* (avaliação limitada, baseada em informações fornecidas ao Agente de Avaliação, sem o benefício de auditoria física conduzida pelo Agente de Avaliação) de referido Valor Mobiliário, em 31 de dezembro de cada ano.

7.2.1 – A cada 4 (quatro) anos após a primeira avaliação de cada Valor Mobiliário referida na Cláusula 7.1 (iii), uma avaliação completa deverá ser conduzida por um Agente de Avaliação diverso daquele que conduziu a avaliação completa precedente.

7.3. – Para fins de quaisquer relatórios exigidos neste Regulamento ou disponibilizados aos Quotistas de tempos em tempos, o valor de um Valor Mobiliário será considerado equivalente ao valor atribuído a referido Valor Mobiliário em conformidade com a Cláusula 7.1, ficando estabelecido que no caso de Valores Mobiliários aos quais a Cláusula 7.1.(iii) se aplicar, o valor a ser considerado será o valor atribuído ao mesmo na avaliação mais recente de tal Valor Mobiliário que tenha sido recebida pelo Fundo, sujeito a ajuste, a critério razoável do Administrador, em decorrência de eventos relevantes subsequentes.



7.3.1. – Para fins dos relatórios referidos acima e (ressalvadas disposições expressas em sentido contrário) para todos os demais fins previstos no presente Regulamento, o valor de qualquer Valor Mobiliário que não tenha sido objeto de avaliação em conformidade com esta Seção 7 será considerado equivalente ao somatório (i) do total de desembolsos incorridos em função da aquisição de referido Valor Mobiliário, inclusive, sem limitação, o respectivo preço integral de aquisição, todos os custos incorridos em função da realização de auditoria (*due diligence*) de tal Valor Mobiliário e custos de investimento (tais como honorários de advogados, avaliadores, comissões, consultores e demais conselheiros); e (ii) de todos os gastos em moeda corrente nacional incorridos com o Valor Mobiliário em questão.

7.4. – O valor dos Outros Ativos será determinado pelo Administrador ou pelo Custodiante, a exclusivo critério do Administrador, de boa-fé, com base nos respectivos valores de mercado e nas disposições das leis aplicáveis.

7.5. – Caso o Administrador venha a determinar, de boa-fé, que, em razão de circunstâncias especiais, a metodologia de avaliação constante nesta Seção 7 não seja capaz de aferir adequadamente o valor dos Valores Mobiliários ou dos Outros Ativos do Fundo, o Administrador fará ajustes ou utilizará metodologia de avaliação alternativa, conforme julgar apropriado, sendo dispensada a aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, exceto se se tratar de alteração material de tais metodologias de avaliação, hipótese na qual a aprovação pela Assembléia Geral de Quotistas será necessária.

7.6. – O Valor do Patrimônio Líquido do Fundo será equivalente à diferença entre o valor da totalidade dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos do Fundo apurado de acordo com o disposto nesta Seção 7 e a totalidade das exigibilidades não levadas em consideração na apuração do valor de referidos Valores Mobiliários e Outros Ativos.

7.6.1. – O Valor do Patrimônio Líquido do Fundo será calculado mensalmente pelo Administrador, levando-se em consideração os critérios determinados acima.

7.7. – A seu exclusivo critério, o Administrador poderá constituir reservas de caixa ou contas de depósito em garantia para fins de proteção do Fundo em função de dívidas e/ou despesas que possam ser incorridas pelo mesmo em função dos Valores Mobiliários e Outros Ativos de liquidação duvidosa e/ou qualquer indenização em potencial que o Fundo possa vir a ser obrigado a pagar.

Seção 8

Período de Investimento para a Formação da Carteira do Fundo

8.1. – O Período de Investimento se iniciará na Data de Registro e se estenderá por 4 (quatro) anos. O Fundo realizará investimentos e desinvestimentos em Valores Mobiliários e em Outros Ativos, de acordo com o disposto neste Regulamento.



8.1.1. – Os recursos que serão utilizados pelo Fundo para investir em Valores Mobiliários e Outros Ativos: (i) serão contribuídos pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito neste Regulamento; ou (ii) provirão de Empréstimos em conformidade com o mecanismo definido na Cláusula 4.3 deste Regulamento; e/ou (iii) decorrerão de retorno dos investimentos do Fundo em Companhias Investidas.

8.2. – Durante o Período de Investimento, qualquer importância, em moeda corrente nacional, distribuída aos Quotistas, pelo Fundo, que constituir (i) retorno de aportes de capital efetuados por um Quotista ao Fundo e utilizados pelo Fundo na aquisição de Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos; (ii) retorno de aportes de capital efetuados por um Quotista no âmbito de uma Chamada de Capital que não tiverem sido aplicados na aquisição de Valores Mobiliários ou no pagamento de despesas e demais encargos programados do Fundo dentro do prazo e em conformidade com as condições constantes das Cláusulas 6.3(i) e 6.3.1 deste Regulamento, excluindo-se quaisquer juros auferidos; e/ou (iii) retorno de aportes de capital efetuados por um Quotista em conformidade com a amortização parcial das Quotas de referido Quotista em decorrência da realização de Pagamentos de Equalização pelos Quotistas Subseqüentes poderá ser objeto de novo investimento ou nova chamada, por meio de uma Chamada de Capital, para reinvestimento pelo Administrador. As importâncias distribuídas aos Quotistas pelo Fundo, durante o Período de Investimento, conforme mencionado nesta Cláusula 8.2, se houver, serão acrescidas ao Preço de Integralização, conforme estipulado na Cláusula 13.5.1. abaixo.

8.3. – Não obstante o disposto na Cláusula 8.1, as Chamadas de Capital poderão ser realizadas após o término do Período de Investimento, por decisão do Administrador, nas seguintes circunstâncias: (i) para pagar qualquer obrigação do Fundo, incluindo a Taxa de Administração e os encargos indicados na Seção 18 deste Regulamento; (ii) para constituir ou aumentar reservas conforme determinado na Cláusula 7.7 deste Regulamento; (iii) para permitir que o Fundo complete os Investimentos Subseqüentes em investimentos existentes em Companhias Investidas ou em suas partes relacionadas; (iv) para completar qualquer investimento que (a) seja objeto de contrato definitivo, carta de intenção ou protocolo de entendimentos que tenha sido celebrado pelo Fundo; ou (b) que estava em processamento, em cada caso, antes do término do Período de Investimento; e (v) para pagar qualquer valor relativo ao exercício, permuta ou conversão de quaisquer Valores Mobiliários conversíveis detidos pelo Fundo.



Seção 9
Conclusão do Período de Investimento

9.1. – No primeiro Dia Útil seguinte ao término do Período de Investimento, o Administrador cessará todo e qualquer investimento, pelo Fundo, em Valores Mobiliários, ressalvados os investimentos realizados nas circunstâncias previstas na Cláusula 8.3 acima e, na data apropriada, agindo de forma razoável, dará início ao processo de desinvestimento pelo Fundo. O desinvestimento completo deverá estar finalizado até a data de liquidação do Fundo, observado o disposto na Cláusula 11.3 e na Cláusula 13.6.5 deste Regulamento.

Seção 10
Distribuições

10.1. – A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, *pro rata*, observado o disposto nesta Seção 10 e na Seção 13 abaixo.

10.2. – O Administrador poderá efetuar amortizações parciais e/ou total das Quotas a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, na medida em que o valor dos ganhos e rendimentos do Fundo provenientes de seus investimentos e/ou desinvestimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos sejam suficientes para pagar o montante de todas as exigibilidades e reservas do Fundo.

10.3. – Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas, exceto na hipótese de um Quotista deixar de efetuar os pagamentos exigidos nas Chamadas de Capital, conforme estipulado no respectivo Compromisso de Investimento.

Seção 11
Procedimentos para Liquidar os Investimentos em
Valores Mobiliários e dissolver o Fundo

11.1. – A liquidação do Fundo será realizada de acordo com um ou mais procedimentos descritos abaixo, a critério do Administrador, agindo de forma razoável:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, relativamente aos Valores Mobiliários e Outros Ativos admitidos à negociação nesses mercados; ou
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.



11.1.1 - Se os eventos descritos nos itens (i) e (ii) da Cláusula 11.1 acima não forem viáveis ou suficientes, o Administrador deverá observar o disposto nas Cláusulas 13.6.5.1 e 13.6.5.2 deste Regulamento, conforme o caso.

11.2. – Após o pagamento do resgate total das Quotas do Fundo, em conformidade com a Cláusula 13.7.1, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação da CVM e, encaminhará à CVM a documentação necessária, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

11.3. – O Fundo poderá ser liquidado pelo Administrador antes do final de seu prazo de duração na ocorrência dos seguintes eventos:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do término do prazo de duração do Fundo; ou
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.7.1 acima.

11.4. – Concomitantemente ao início dos procedimentos de liquidação previstos na Cláusula 11.1 acima, seja pela proximidade do final do prazo de duração do Fundo indicado na Cláusula 2.2, seja de acordo com o disposto na Cláusula 11.3(i) ou mediante aprovação da Assembléia Geral de Quotistas indicada na Cláusula 11.3(ii), o Administrador deverá satisfazer (seja por meio do pagamento ou por meio da constituição de provisão suficiente para pagamento) todas as obrigações do Fundo para com os credores na ordem de prioridade estabelecida nos instrumentos que as criaram ou que as regulem ou na medida permitida por lei, sendo permitida a criação de qualquer reserva que o Administrador considere necessária para efetuar o pagamento de quaisquer contingências e/ou obrigações julgadas imprevisíveis ou encargos do Fundo. Após, o Administrador deverá efetuar a amortização total das Quotas detidas pelos Quotistas em conformidade com o disposto neste Regulamento.

11.4.1. – Observado o disposto na Cláusula 13.6.4.1 deste Regulamento, na hipótese do Administrador estabelecer quaisquer reservas, o Fundo somente será liquidado após todos os Valores Mobiliários ou Outros Ativos mantidos na reserva pelo Administrador serem distribuídos aos Quotistas por meio da amortização das Quotas.



Seção 12**Composição do Patrimônio do Fundo e Emissões de Quotas**

12.1. – O patrimônio do Fundo será dividido em Quotas de diferentes classes. As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nesta Seção 12 e na Seção 13 deste Regulamento.

12.2. – O Patrimônio Inicial, representado pela Primeira Emissão, será formado por até 100.000 (cem mil) Quotas Classe A e até 700.000.000 (setecentos milhões) de Quotas Classe B, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Primeira Emissão. O Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão equivale a R\$ 1,00 (hum real), totalizando a Primeira Emissão R\$ 700.100.000,00 (setecentos milhões e cem mil reais). O Patrimônio Autorizado do Fundo corresponde a R\$ 1.400.000.000,00 (hum bilhão e quatrocentos milhões de reais).

12.3. – Em conformidade com a regulamentação da CVM aplicável, as Quotas representativas do Patrimônio Inicial serão subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e a integralização das Quotas será realizada dentro do prazo máximo de 15 (quinze) anos contado da Data de Registro.

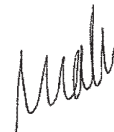
12.4. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

12.5. – Emissões de Novas Quotas até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas a exclusivo critério do Administrador, dispensada a aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, sendo que emissões de Novas Quotas acima do Patrimônio Autorizado somente poderão ser realizadas mediante aprovação prévia do Administrador e da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.7.1 deste Regulamento. É vedada a emissão de novas Quotas Classe A.

12.5.1. – As Novas Quotas obedecerão ao disposto nas Cláusulas 13.5.1.1 e 13.6.1.1, e não gozarão de direitos mais favoráveis do que aqueles atribuídos às Quotas Classe B.

12.6. – Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o preço de emissão e o preço de integralização de quaisquer Novas Quotas serão fixados pelo Administrador, a seu exclusivo critério, agindo de forma razoável.

12.7. – Os Quotistas não terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas.



Seção 13
Características, Direitos, Emissão, Subscrição,
Integralização e Amortização das Quotas

13.1. – Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

13.1.1. – As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo e estão divididas em classes diferentes. As Quotas da Primeira Emissão estão divididas em 2 (duas) classes: Quotas Classe A, que não deverão exceder o número de 100.000 (cem mil); e Quotas Classe B, representativas do restante das Quotas da Primeira Emissão. As Novas Quotas emitidas pelo Fundo no futuro poderão pertencer a classes diferentes, que não as classes A e B, conforme determinado pelo Administrador (no âmbito da emissão de Novas Quotas até o valor do Patrimônio Autorizado) ou pela Assembléia Geral de Quotistas (no âmbito da emissão de Novas Quotas que ultrapasse o Patrimônio Autorizado), conforme estipulado no item (v) da Cláusula 5.1 deste Regulamento).

13.1.2. – As Quotas Classe A somente poderão ser subscritas e integralizadas pelo Administrador do Fundo e/ou por suas Afiliadas, a critério exclusivo do Administrador.

13.1.3. – Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa, serão escriturais e registradas em nome de seus titulares, pelo Administrador.

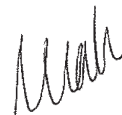
13.1.4. – Cada Quota pertencente à mesma classe e qualquer nova classe de Quotas deverão fazer jus a pagamentos de amortização em igualdade de condições.

13.2. – Valor das Quotas

13.2.1. – O valor das Quotas será calculado mensalmente e na data em que o Fundo efetuar qualquer pagamento relativo à amortização e/ou ao resgate de Quotas, conforme o caso. O valor das Quotas corresponderá à divisão do Valor do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas em Circulação na data de apuração do valor das Quotas.

13.3. – Direitos de Voto

13.3.1. – Observado os quoruns de deliberação de que tratam as Cláusulas 5.7, 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.3 acima, as Quotas terão direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, e cada Quota dará o direito a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.



13.4. – Emissão e Subscrição de Quotas


13.4.1. – Cada emissão de Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação da CVM aplicável.

13.4.2. – As Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial serão subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e serão integralizadas em moeda corrente nacional de acordo com as Chamadas de Capital realizadas nos termos da Cláusula 13.5.2. Novas Quotas emitidas pelo Fundo serão subscritas e integralizadas de acordo com os termos e condições estabelecidos na deliberação do Administrador ou da Assembléia Geral de Quotistas, conforme o caso, que tiver aprovado a emissão de tais Novas Quotas, em conformidade com as disposições deste Regulamento.

13.4.3. – No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial e/ou no ato de subscrição de quaisquer Novas Quotas, o subscritor (i) firmará o respectivo boletim de subscrição individual e receberá o recibo de pagamento (nos casos em que aplicável), que será autenticado pelo Administrador; (ii) comprometer-se-á, em caráter irrevogável, a remeter ao Fundo o Capital Comprometido, mediante assinatura do Compromisso de Investimento; e (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e do Prospecto, declarando o subscritor, mediante assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, ter conhecimento das disposições contidas no Compromisso de Investimento, neste Regulamento e no Prospecto, nos termos da regulamentação da CVM aplicável.

13.5. – Integralização das Quotas

13.5.1. – O Preço de Integralização da Quota a ser pago por um Quotista por cada Quota da Primeira Emissão corresponderá ao Preço de Emissão (i) corrigido pela elevação ou redução do Preço de Emissão proporcionalmente à elevação ou redução da Taxa Base com relação à Taxa de Câmbio vigente no Dia Útil anterior à data em que a integralização de referida Quota seja devida no âmbito de uma Chamada de Capital efetuada pelo Administrador; (ii) ao qual será adicionado o valor total em moeda corrente nacional distribuído pelo Fundo com relação à referida Quota durante o Período de Investimento, que constitua (a) retorno de aportes de capital efetuados em relação à referida Quota e utilizados pelo Fundo na aquisição de Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos; (b) retorno de aportes de capital efetuados em relação à referida Quota no âmbito de uma Chamada de Capital que não tiverem sido aplicados na aquisição de Valores Mobiliários ou no pagamento de despesas e demais encargos programados do Fundo dentro do prazo e em conformidade com as condições constantes nas Cláusulas 6.3(i) e 6.3.1 deste Regulamento, excluindo-se quaisquer juros auferidos; e/ou (c) retorno de aportes de capital efetuados em relação à referida Quota em conformidade com a amortização parcial das Quotas de referido Quotista



em decorrência da realização de Pagamentos de Equalização efetuados por Quotistas Subseqüentes. O Preço de Integralização da Nova Quota corresponderá ao preço para cada Nova Quota definido pelo Administrador corrigido pelos valores indicados no item (ii) acima. O Preço de Integralização será pago pelos Quotistas em conformidade com solicitação que venha a ser efetuada pelo Administrador aos Quotistas de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

13.5.1.1. – O Quotista Subseqüente deverá pagar ao Fundo o Pagamento de Equalização.

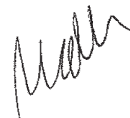
13.5.2. – Na medida em que o Administrador (i) identificar intenção de investimento em Valores Mobiliários; ou (ii) identificar uma necessidade de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de capital para pagamento de despesas e encargos, incluindo no tocante a qualquer indenização em potencial que o Fundo ou o Administrador possa ser obrigado a pagar e no tocante ao pagamento da Taxa de Administração, o Administrador deverá efetuar uma Chamada de Capital simultaneamente para todos os Quotistas por meio da notificação aos Quotistas do fato e solicitação de aporte de capital ao Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo (o qual não deverá exceder o Capital Comprometido).

13.5.3. – Ao receberem Chamada de Capital, os Quotistas ficarão obrigados a integralizar suas Quotas, no todo ou em parte, conforme solicitado pelo Administrador e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento, neste Regulamento e até o valor de seu Capital Comprometido.

13.5.4. – O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

13.5.5. – O procedimento disposto nas Cláusulas 13.5.1. a 13.5.4 acima poderá ser repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) do Preço de Integralização das Quotas subscritas pelos Quotistas tenham sido pago pelos Quotistas.

13.5.6. – Ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, os Quotistas comprometer-se-ão a cumprir o disposto nas Cláusulas acima e nos respectivos Compromissos de Investimento e serão responsáveis por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de descumprimento de suas obrigações previstas nas Cláusulas acima e nos respectivos Compromissos de Investimento, excetuadas as perdas de valor ou a diminuição do preço dos Valores Mobiliários que compõem a Carteira ou a serem adquiridos pelo Fundo.



13.6. – Procedimentos referentes à Amortização de Quotas

13.6.1. – As Quotas do Fundo serão amortizadas ao longo do prazo de duração do Fundo, a exclusivo critério do Administrador e de acordo com as condições estabelecidas para cada classe de Quotas neste Regulamento.

13.6.1.1. – As Quotas dos Quotistas existentes anteriormente ao ingresso de quaisquer Quotistas Subseqüentes no Fundo, serão amortizadas, *pro rata*, no valor equivalente aos Pagamentos de Equalização a serem efetuados pelos Quotistas Subseqüentes ao Fundo em conformidade com a Cláusula 13.5.1.1. acima, sendo que tanto a amortização quanto o Pagamento de Equalização de que trata este item devem ocorrer na mesma data em que os Quotistas Subseqüentes subscreverem Quotas do Fundo.

13.6.2. – Para fins de amortização das Quotas do Fundo, o valor da Quota será equivalente ao Valor do Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas em Circulação no Dia Útil anterior à data de pagamento da amortização. Não há garantia de que o valor da Quota calculado em conformidade com esta Cláusula 13.6.2 será devolvido aos Quotistas ao longo do prazo de duração do Fundo.

13.6.3. – Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia que seja feriado nacional no Brasil, tal pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil subseqüente, pelo valor da Quota em vigor no Dia Útil anterior à data de pagamento.

13.6.4. – Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

13.6.4.1. – Em nenhuma circunstância, os pagamentos de amortização de Quotas serão efetuados em espécie por meio da entrega de Valores Mobiliários ou Outros Ativos.

13.6.5. – Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, após o atendimento de todas as obrigações do Fundo, todas as Quotas terão seu valor integralmente amortizado.

13.6.5.1 – O Administrador deverá fazer todos os esforços razoáveis e necessários para efetuar os procedimentos descritos nos itens (i) e (ii) da Cláusula 11.1 deste Regulamento. Caso os procedimentos mencionados acima não forem viáveis ou suficientes, no caso de não haver recursos suficientes para amortizar a totalidade das Quotas em Circulação à época da liquidação do Fundo, o Administrador convocará uma



Assembleia Geral de Quotistas para deliberar se a mesma deseja prorrogar o prazo de duração do Fundo, para que o Administrador disponha de período adicional para vender os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e, posteriormente, liquidar o Fundo e amortizar as Quotas em conformidade com a Cláusula 13.6.5 acima.

13.6.5.2. – Na hipótese em que os Valores Mobiliários e Outros Ativos que compõem a Carteira do Fundo não tiverem sido vendidos até o término (i) do prazo de duração do Fundo previsto na Cláusula 2.2 ou (ii) do prazo determinado pelos Quotistas de acordo com o disposto na Cláusula 13.6.5.1 acima, o prazo do Fundo deverá ser automaticamente prorrogado por um período adicional de 2 (dois) anos. Após, exceto se referido prazo for posteriormente prorrogado mediante proposta efetuada pelo Administrador e aprovada pela Assembleia Geral de Quotistas, conforme permitido na Cláusula 2.2, o Administrador deverá vender todos os ativos remanescentes do Fundo a qualquer preço que seja, então, alcançado.

13.6.5.3. – Na data em que os procedimentos de liquidação previstos na Cláusula 11.1 acima forem iniciados, seja (a) pela proximidade do término do prazo do Fundo indicado na Cláusula 2.2, ou (b) de acordo com a Cláusula 11.3 ou na circunstância prevista nas Cláusulas 13.6.5.1 e 13.6.5.2 acima, o Administrador ou suas Afiliadas terão a opção de adquirir até 20% (vinte por cento) dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, conforme calculado em referida data, que não tenham sido alienados ou integralmente resgatados nos respectivos prazos contratuais e/ou datas de vencimento, por, pelo menos, o valor registrado no livro de registro do Fundo de acordo com os critérios estabelecidos na Seção 7 deste Regulamento.

13.6.5.4. – Na hipótese em que o Administrador ou suas Afiliadas desejarem adquirir mais do que 20% (vinte por cento) dos Valores Mobiliários e Outros Ativos remanescentes, conforme permitido na Cláusula 13.6.5.3 acima, a aprovação da Assembleia Geral de Quotistas será necessária para tal propósito.

13.6.5.5 – Na hipótese do Administrador ou de suas Afiliadas decidirem exercer a opção de adquirir os Valores Mobiliários e os Outros Ativos, conforme facultado pela Cláusula 13.6.5.3 acima, o Administrador indicará na comunicação por meio da qual convocará a Assembleia Geral de Quotistas mencionada em referida Cláusula, quantos e quais Valores Mobiliários e Outros Ativos o Administrador ou suas Afiliadas pretendem adquirir, bem como o preço unitário a ser pago pelos Valores Mobiliários e Outros Ativos.

13.7. – Resgate das Quotas

13.7.1. – As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.



13.8. – Negociação das Quotas

13.8.1. – As Quotas do Fundo serão registradas para negociação no Sistema de Fundo Fechado - SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação.

13.8.2. – Para fins de realização de operações de venda ou oneração tendo por objeto as Quotas do Fundo, os Quotistas deverão obter o consentimento prévio por escrito dos Quotistas detentores de Quotas Classe A, sendo que tal consentimento não será negado sem motivo justo. Quotistas detentores de Quotas Classe A não estão autorizados a transferir Quotas Classe A, exceto para Afiliadas do Administrador, sem o consentimento da Assembléia Geral de Quotistas.

13.8.3. – O Quotista que negociar suas Quotas será responsável por confirmar a identidade do investidor adquirente de Quotas do Fundo, de forma a cumprir com as disposições da Seção 3 deste Regulamento e deverá providenciar para o Administrador a comprovação do cumprimento de referidas disposições, conforme solicitado pelo Administrador.

13.8.4. – Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outro Quotista, no todo ou em parte, sem observar as disposições deste Regulamento e sem a confirmação, pelo Administrador, de que o novo Quotista qualifica-se para investir no Fundo nos termos da Cláusula 3.1. deste Regulamento, e sem autorização expressa dos Quotistas titulares de Quotas Classe A de acordo com a Cláusula 13.8.2 acima, a operação será nula e não produzirá quaisquer efeitos.

**Seção 14
Conflito de Interesse**

14.1. – A Assembléia Geral de Quotistas deverá (i) revisar quaisquer situações de Conflito de Interesse e aprovar ou rejeitar operações que envolvam tal conflito, ainda que seja somente um Conflito de Interesse em potencial; ou (ii) delegar seu poder de resolução de Conflito de Interesse a terceiro(s) nomeado(s) pelos Quotistas em Assembléia Geral.

14.2. – Além das operações mencionadas nas Cláusulas 6.6 e 6.7 acima, qualquer evento que seja considerado um Conflito de Interesses de acordo com o critério do Administrador será tratado pela Assembléia Geral de Quotistas ou por qualquer terceiro nomeado pela mesma em conformidade com a Cláusula 5.1.(x) acima.

14.3. – Quotistas envolvidos em qualquer Conflito de Interesse não serão autorizados a votar na Assembléia Geral de Quotistas somente com relação ao item da ordem do dia que tratar do acima mencionado Conflito de Interesse.



Seção 15
Prestadores de Serviços do Fundo

Administrador

15.1. – O Fundo será administrado pela **Brascan Asset Management Investimentos Ltda.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de recursos de terceiros, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52, sala 1301, parte, Centro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o CNPJ n.º 07.885.392/0001-62.

15.1.1. – O Administrador poderá renunciar à administração do Fundo mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá imediatamente convocar uma Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.7.1. deste Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias contado da data de encaminhamento da notificação de que trata esta Cláusula. Independentemente do disposto acima, na hipótese de renúncia, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração ao Fundo até que outra instituição venha a lhe substituir e deverá receber a Taxa de Administração referente ao período em que permanecer no exercício do cargo de administrador do Fundo.

15.1.2. – Além da hipótese de renúncia descrita na Cláusula 15.1.1, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por aprovação dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.7.1. deste Regulamento. Em qualquer hipótese, a Assembléia Geral de Quotistas será convocada para deliberar sobre a substituição. Se destituído de suas funções pela CVM, a CVM poderá nomear substituto temporário do Administrador, que permanecerá na função até a eleição da nova administração do Fundo.

15.2. – Observada a regulamentação da CVM em vigor e os dispositivos deste Regulamento, o Administrador terá poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração do Fundo. As obrigações e responsabilidades aplicáveis ao Administrador encontram-se descritas abaixo.

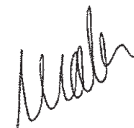
15.2.1. – Para todos os fins de direito, o Administrador será responsável por selecionar as Companhias Investidas e administrar a Carteira do Fundo, bem como será responsável pela administração dos investimentos do Fundo nas Companhias Investidas, pela participação do Fundo na administração das Companhias Investidas e pela representação do Fundo, diretamente ou por intermédio de terceiros nomeados pelo Administrador ou pelo Fundo,



em todos e quaisquer documentos relativos aos investimentos do Fundo nas Companhias Investidas, incluindo, sem limitação, a participação do Fundo em comitês, órgãos de administração e assembléias gerais das Companhias Investidas.


15.2.2. – Sem prejuízo dos demais deveres estipulados neste Regulamento, o Administrador terá o dever de e a autoridade para praticar os seguintes atos, independentemente de autorização da Assembléia Geral de Quotistas, exceto se o contrário for expressamente indicado neste Regulamento (incluindo, para maior clareza, o disposto na Cláusula 5.1, o qual exige a autorização da Assembléia Geral de Quotistas):

- (i) manter os seguintes documentos atualizados e em ordem pelo prazo de 5 (cinco) anos contado do encerramento do Fundo ou por qualquer período mais longo que venha a ser exigido por lei, às suas expensas:
 - a. o registro de Quotistas e de transferência de Quotas;
 - b. os registros fiscais do Fundo;
 - c. o livro de atas das Assembléias Gerais de Quotistas;
 - d. o livro de presença de Quotistas nas Assembléias Gerais de Quotistas;
 - e. o arquivo dos pareceres dos Auditores Independentes;
 - f. os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo;
 - g. a documentação relativa às operações do Fundo;
- (ii) receber, em benefício do Fundo, dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e qualquer outra espécie de rendimentos ou valores devidos ao Fundo;
- (iii) pagar, às suas expensas, qualquer despesa de propaganda do Fundo;
- (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas impostas pela CVM, nos termos das regras vigentes, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM n.º 391/03;
- (v) elaborar, juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, sumário das operações realizadas pelo Fundo e respectivos resultados alcançados, incluindo declaração do Administrador no sentido de que todos os termos e condições constantes deste Regulamento e da Instrução CVM n.º 391/03 estão sendo observados;
- (vi) fornecer a todos os Quotistas, mediante a solicitação dos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por



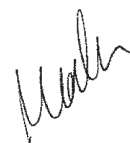
cento) das Quotas emitidas pelo Fundo, condicionado à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.7.1 deste Regulamento), os estudos e análises de investimento, elaborados pelo Administrador, nos quais as decisões de investimento do Administrador se fundamentem, inclusive os registros apropriados das respectivas recomendações e decisões. O Administrador terá a opção de não divulgar as informações mencionadas acima caso considere (i) que tal divulgação importará quebra de quaisquer contratos celebrados entre o Fundo e as Companhias Investidas e/ou o Administrador e as Companhias Investidas ou quaisquer terceiros; e/ou (ii) que referida divulgação poderá causar um prejuízo em potencial ao Fundo e/ou às Companhias Investidas;

- (vii) fornecer a todos os Quotistas, mediante a solicitação dos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas pelo Fundo, condicionado à aprovação da Assembléia Geral de Quotistas (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.7.1. deste Regulamento), a atualização periódica existente dos estudos e análises elaborados pelo Administrador, permitindo que os Quotistas acompanhem os investimentos realizados pelo Fundo, os objetivos alcançados, as perspectivas de retorno e a identificação dos Valores Mobiliários que poderão maximizar os resultados dos investimentos do Fundo. O Administrador terá a opção de não divulgar as informações mencionadas acima caso considere (i) que tal divulgação importará quebra de quaisquer contratos celebrados entre o Fundo e as Companhias Investidas e/ou o Administrador e as Companhias Investidas ou quaisquer terceiros; e/ou (ii) que a divulgação poderá causar um prejuízo em potencial ao Fundo e/ou às Companhias Investidas;
- (viii) conservar a documentação indicada no item (i) acima no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM e até o término do mesmo;
- (ix) exercer os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo, conforme o Administrador determinar, a seu exclusivo critério, no melhor interesse do Fundo;
- (x) excetuada a Taxa de Administração, transferir ao Fundo qualquer benefício, vantagem, lucro e/ou ganho que possa alcançar ou receber em decorrência de sua condição de Administrador do Fundo;



110294611-02-08

- (xi) manter todos os Valores Mobiliários integrantes da Carteira sob custódia junto ao Custodiante;
- (xii) elaborar, publicar e apresentar à CVM, se exigido, as demonstrações contábeis do Fundo, publicação de fato relevante e demais informações indicadas na Seção 18 deste Regulamento;
- (xiii) cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Quotistas;
- (xiv) cumprir e fazer cumprir os termos e condições deste Regulamento;
- (xv) analisar e aprovar estratégias e diretrizes de investimento, novos investimentos e desinvestimento pelo Fundo em Valores Mobiliários e/ou a contratação de Empréstimos;
- (xvi) analisar e aprovar a celebração, renovação e/ou alteração de contratos entre o Fundo e as Companhias Investidas;
- (xvii) analisar e aprovar alterações de documentos societários e de quaisquer contratos que envolvam investimentos feitos pelo Fundo em Companhias Investidas;
- (xviii) monitorar o desempenho do Fundo e das Companhias Investidas;
- (xix) representar o Fundo perante quaisquer Companhias Investidas;
- (xx) analisar e aprovar novas emissões de Quotas até o limite do Patrimônio Autorizado;
- (xxi) analisar e aprovar a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (xxii) nomear o Auditor Independente e aprovar a substituição do mesmo, se considerada necessária, observado o disposto na Cláusula 15.4.1;
- (xxiii) nomear o Custodiante e aprovar a substituição do mesmo, se considerada necessária, a seu exclusivo critério;
- (xxiv) nomear pessoa jurídica autorizada pela CVM para gerir a Carteira do Fundo, se julgado necessário pelo Administrador, bem como aprovar a substituição do mesmo, a seu exclusivo critério;



1102946 11-02-08

(xxv) analisar e aprovar as operações mencionadas na Cláusula 6.6. e 6.7. acima; e

(xxvi) nomear o Agente de Avaliação em conformidade com a Cláusula 7.1 deste Regulamento.

Custodiante

15.3. - O Administrador deverá nomear um Custodiante.

Auditor Independente

15.4. - O Administrador deverá nomear um Auditor Independente para ser responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na regulamentação da CVM aplicável.

15.4.1. - Caso o Administrador deseje nomear um Auditor Independente que não seja a PriceWaterhouse Coopers ou a Deloitte Touche Tohmatsu ou a Ernst & Young ou a KPMG (ou qualquer de seus sucessores), a nomeação de referido Auditor Independente deverá ser aprovada em Assembléia Geral de Quotistas.

Seção 16 Remuneração do Administrador

16.1.1. - Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador fará jus à Taxa de Administração. O Administrador não fará jus a qualquer taxa de performance.

16.1.2. - A Taxa de Administração será paga mensalmente pelo Fundo, antecipadamente ao mês dos serviços prestados, e será equivalente a uma taxa fixa correspondente a R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) ao ano, acrescida anualmente da variação acumulada do IGPM na data de cada aniversário da Data de Registro e da seguinte taxa variável: (i) durante o Período de Investimento, 0,5% (meio por cento) ao ano do somatório do Capital Comprometido não integralizado, incluindo, sem limitação, qualquer Capital Comprometido ainda não integralizado que decorra da totalidade de valores em moeda corrente nacional distribuídos aos Quotistas pelo Fundo a título de retorno de aporte de capital, em conformidade com o disposto na Cláusula 8.2 deste Regulamento, até a data de referido cálculo; e (ii) durante e após o Período de Investimento, 0,75% (setenta e cinco décimos por cento) ao ano de todo o Capital Comprometido chamado e integralizado pelos Quotistas (exceto qualquer capital chamado especificamente para efetuar o pagamento da Taxa de Administração) até a data de referido cálculo, e, conforme especificado pelo Administrador na data de um investimento específico, o Capital Comprometido a ser pago pelos Quotistas

110294611-02-08

em data futura referente ao investimento efetuado pelo Fundo, conforme o caso, relativos aos investimentos do Fundo, que não tenham sido vendidos nem de outro modo alienados.

Seção 17 **Divulgação de Informações sobre o Fundo**

17.1. – Sem prejuízo das obrigações referidas acima, o Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que tais informações não sejam informações confidenciais referentes às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador ao amparo de um compromisso de confidencialidade e/ou em razão de funções habituais enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou de consultoria de qualquer Companhia Investida.

17.1.1. – O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer informações relevantes sobre o fundo divulgadas aos Quotistas ou a terceiros.

17.2. – O Administrador fornecerá aos Quotistas e à CVM:

- (i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias contado do encerramento do trimestre civil a que se referir, as seguintes informações:
 - (a) Valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e
 - (b) número de Quotas emitidas;
- (ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento de tal período, as seguintes informações:
 - (a) composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
 - (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas de declaração que deverá ser emitida de acordo com os termos estabelecidos na Cláusula 15.2.2.(v) acima;
 - (c) encargos cobrados do Fundo, com discriminação dos respectivos valores; e
 - (d) nome do Custodiante.



110294611-02-08

- (iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias contado do encerramento do exercício social, as seguintes informações:
 - (a) demonstrações contábeis do exercício social acompanhadas de parecer do auditor independente;
 - (b) Valor da Quota na data do balanço (e o Valor do Patrimônio Líquido do Fundo naquela data) e sua rentabilidade no período; e
 - (c) encargos cobrados do Fundo, com discriminação dos respectivos valores e do percentual em relação ao Valor do Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

17.3. – As informações prestadas pelo Administrador ou contidas em qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com os relatórios protocolizados na CVM.

17.4. – Em acréscimo à divulgação de informações conforme definida nesta Seção 17, o Administrador e/ou a Assembléia Geral de Quotistas, conforme o caso, também deverá notificar a CVM sobre os seguintes eventos, no prazo de 8 (oito) dias contado da data em que a Assembléia Geral de Quotistas adotar a deliberação com relação a:

- (i) qualquer alteração a este Regulamento;
- (ii) a destituição e a substituição do Administrador;
- (iii) fusão, aquisição, cisão ou liquidação do Fundo; e
- (iv) a emissão de Novas Quotas.

Seção 18 **Encargos do Fundo**

18.1. – Além da Taxa de Administração, as seguintes despesas constituirão encargos do Fundo:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de aquisição e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas e tributos federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os ativos, direitos e obrigações do Fundo;



- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação da CVM;
- (iv) despesas com correspondência e outros tipos de comunicação efetuados pelo Administrador em benefício do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas judiciais e despesas correlatas incorridas em razão da defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor de condenações do Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de quaisquer prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrentes da negligência ou dolo do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer outras despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) despesas de qualquer valor associadas à constituição, fusão, aquisição, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (xi) despesas de qualquer valor associadas com a contratação de terceiros para prestar serviços jurídicos, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, incluindo, sem limitação, os honorários e despesas do Custodiante e do Auditor Independente.

18.2. – Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.7. deste Regulamento.

18.3. – O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo a quaisquer prestadores de serviços que tenham sido sub-contratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o valor total da Taxa de Administração.



Seção 19

Demonstrações Contábeis

19.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria e os investimentos, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo devem ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do Custodiante.

19.2. – O exercício social do Fundo será equivalente ao ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

19.2.1. – As demonstrações contábeis do Fundo serão elaboradas no final de cada exercício social com base nos *GAAP* Brasileiro e os termos e condições da Seção 7, bem como auditadas por Auditor Independente.

Seção 20

Solução de Conflitos

20.1. – Os conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação das disposições contidas neste Regulamento, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, serão solucionados por meio de arbitragem administrada pela Câmara de Arbitragem do Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, de acordo com o Regulamento da Câmara.

20.2. – A arbitragem ficará a cargo de tribunal arbitral sediado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituído por 3 (três) árbitros a serem nomeados nos termos do Regulamento da Câmara, devendo a parte requerente nomear um árbitro e a parte requerida nomear outro árbitro, sendo que o terceiro árbitro, que presidirá os trabalhos, será nomeado pelos dois árbitros acima mencionados. Não será permitida a instauração de arbitragem multilateral, ou seja, procedimento arbitral composto por mais de dois pólos em litígio. Será permitida, contudo, a presença de mais de uma parte, sejam pessoas físicas ou jurídicas, em cada pólo.

20.3. – Todo o procedimento arbitral será conduzido no idioma português, devendo ser aplicadas as leis brasileiras.

20.4. – Ressalvadas as disposições em contrário que constem na decisão arbitral, cada parte pagará os honorários, custas e despesas do árbitro por ela indicado, e os honorários, custas e despesas do terceiro árbitro serão rateadas na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma. Caso haja mais de uma parte num dos pólos do procedimento arbitral, os honorários, custas e despesas alocados ao referido pólo serão rateados em igualdade de condições entre tais partes.



110294611-02-08

20.5. – Em face da cláusula compromissória referida acima, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida (i) ao tribunal arbitral (caso este já tenha sido instaurado) e implementada por meio de requerimento do tribunal arbitral ao juiz estatal competente; ou (ii) diretamente ao Poder Judiciário (caso o tribunal arbitral ainda não tenha sido instaurado), no foro da comarca onde a medida cautelar deva ser cumprida pela parte requerida.

Seção 21

Disposições Gerais

21.1. – Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se a carta (com aviso de recebimento), o courier, fac-símile e o correio eletrônico como formas de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador e os Quotistas. Cada Quotista poderá solicitar ao Administrador, de tempos em tempos, que não utilize uma forma ou formas de comunicação que referido Quotista não deseje que seja utilizada com relação às comunicações a serem enviadas a ele pelo Administrador, o qual deverá obedecer referida solicitação conquanto a mesma não indique que nem o fac-símile nem o e-mail não possam ser utilizados.

21.2. – O Fundo não cobrará taxa de ingresso no ato de subscrição e integralização de Quotas, nem taxa de saída no ato do pagamento de amortização ou resgate de Quotas.

21.3. – Os Quotistas do Fundo deverão manter (a) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo Administrador, que fundamentem as decisões de investimento do Fundo, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões; (b) as respectivas atualizações que venham a ser a eles disponibilizadas de tempos em tempos; e (c) os documentos relativos às operações do Fundo, sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar, divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer dessas informações, salvo (i) com o consentimento prévio e por escrito do Administrador; ou (ii) se for obrigado por ordem expressa de autoridade legalmente constituída, sendo que, nessa última hipótese, o Administrador deverá ser informado por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.



-
- Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM n.º 400/03

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DECLARAÇÃO

BRASCAN ASSET MANAGEMENT INVESTIMENTOS LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso n.º 52, sala 1301, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.885.392/0001-62, na qualidade de instituição administradora do **BROOKFIELD BRAZIL TIMBER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 09.110.175/0001-26 ("Fundo"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da distribuição pública da primeira emissão de quotas do Fundo ("Oferta") e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iii) todas as informações fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, eventuais ou periódicas, e que venham a integrar o prospecto da Oferta ("Prospecto"), serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iv) o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores dos termos e condições da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2007.



BRASCAN ASSET MANAGEMENT INVESTIMENTOS LTDA.

Por: Ricardo Garcia Mattei

Cargo: Diretor

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Declaração do Distribuidor, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM n.º 400/03

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DECLARAÇÃO

BANCO BRASCAN S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52, 30º andar, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 33.923.111/0001-29, na qualidade de instituição responsável pela coordenação da distribuição das quotas da primeira emissão do **BROOKFIELD BRAZIL TIMBER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 09.110.175/0001-26 ("Fundo"), contratado pela instituição administradora do Fundo, **BRASCAN ASSET MANAGEMENT INVESTIMENTOS LTDA.**, vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) todas as informações fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, eventuais ou periódicas, e que venham a integrar o prospecto da Oferta ("Prospecto"), serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iii) o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores dos termos e condições da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2007.

BANCO BRASCAN S.A.

Luiz Hedefonso Simões Lopes
Diretor Presidente

ISACSON CASQUCH
Diretor

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)